

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DO CONCELHO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DE VINTE E QUATRO DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E SEIS

Aprovada por maioria, com vinte e três votos a favor e três abstenções, na sessão ordinária de vinte e cinco de junho de dois mil e vinte e seis

QUADRIÉNIO 2025 - 2029



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

DATA E LOCAL DA REUNIÃO: -----

Aos vinte e quatro dias de abril de dois mil e vinte e seis, reuniu ordinariamente, no Salão Nobre dos Paços do Concelho, a Assembleia Municipal de Vila Nova de Foz Côa, com a seguinte **ordem de trabalhos:** -----

Ponto 1 - Aprovação e votação da ata da sessão ordinária do dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e vinte e seis. -----

Ponto 2 - Período de Antes da Ordem do Dia. -----

Ponto 3 - Período Aberto ao Público – Período de Intervenção. -----

Ponto 4 - Período da Ordem do Dia: -----

Ponto 4.1 - Processo n.º 2598/2026: Informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a recente Atividade Municipal. -----

Ponto 4.2 - Processo n.º 1104/2026: Apreciação e aprovação da Proposta para o Estatuto Remuneratório do Coordenador Municipal de Proteção Civil. -----

Ponto 4.3 - Processo n.º 1555/2026: Apreciação e votação da Proposta de Revogação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município e a Freguesia de Numão. -----

Ponto 4.4 - Processo n.º 2165/2026: Conhecimento do Relatório de Gestão e Contas de 2025 da Ribeira da Teja, Produção de Energia Elétrica, E.M. Lda. ---

Ponto 4.5 - Processo n.º 2213/2026: Apreciação do Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva avaliação, relativo ao ano de 2025. -----

Ponto 4.6 - Processo n.º 2263/2026: Apreciação e votação da Proposta para Redução Excepcional de 50% nas Taxas de Ocupação de Espaço Público para o Ano de 2026 – Regulamento n.º 180/2025 (Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas do Município de Vila Nova de Foz Côa). -----

Ponto 4.7 - Processo n.º 2241/2026: Apreciação e votação da Proposta da Segunda Alteração Modificativa da: -----

a) Despesa; -----

b) Plano de Atividades Municipais; -----

c) Plano Plurianual de Investimentos. -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ponto 4.8 - Processo n.º 2425/2026: Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas Individual do ano económico de 2025 – Relatório de Gestão Individual e Demonstrações Financeiras Individuais. -----

Juntamente com: -----

a) Certificação Legal das Contas e Parecer do Auditor Externo relativo ao período de 2025; -----

b) Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas; -----

c) Relatório Anual de Conclusões e Recomendações de Auditoria. -----

Ponto 4.9 - Processo n.º 2479/2026: Apreciação e votação da Proposta para Aplicação do Resultado Líquido do ano de 2025. -----

Ponto 4.10 - Processo n.º 4276/2024: Conhecimento do Relatório de Avaliação Anual do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas – Ano 2025. -----

DEPUTADOS MUNICIPAIS PRESENTES: -----

Estavam presentes os Senhores: Presidente da Mesa, Filipe Manuel Farto Palavra e Secretárias: Mariluz Passeira Marçal Passeira, como Primeira Secretária e Juliana Sofia Ribeiro Melo Pinto, como Segunda Secretária; bem como os Senhores Deputados Municipais: Maria da Conceição Pinto Constanço, Agostinho Jorge Assunção Marafão, Nuno Alexandre Remísio Rodrigues Saldanha, Paulo Jorge da Silva Pinto, Paulo Sérgio Cancela Fortuna, António João Caleiro Afonso, Cristina Maria Paixão Moutinho, Luís Carlos Fonseca Rebelo, Alexandre Maximino Oliveira, Rita Sofia Regalo Abrunhosa, Carlos Alberto Correia, Artur Firmino Filipe Ribeiro e Cid Mickaël Moutinho Martinho. -----

Encontravam-se ainda presentes os Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia a seguir indicados: Paulo Jorge Quintão Morgado (Almendra), José Augusto Poínhos Domingues (Castelo Melhor); Carlos José Martins Sobral (Chãs); Manuel Raúl Reis de Anciães (Custóias); Paulo António Sadio Sobral (Freixo de Numão); Alexandra Cláudia Exposto Gonçalves Cadete (Horta);



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Alcino Matias Correia (Muxagata); Tiago Miguel Pedro dos Santos Reis (Numão); José Fausto Ramos (Santa Comba); Maria Amélia Pereira Marialva Félix (Sebadelhe); César Norberto Filipe Ribeiro (Seixas); Maria Alice Correia da Silva (Touça) e José Joaquim Soares Saraiva (Vila Nova de Foz Côa). -----

Estiveram presentes vinte e nove dos Srs. Deputados Municipais e dos Srs. Presidentes de Junta. -----

CÂMARA MUNICIPAL: -----

A Câmara Municipal esteve representada pelo Sr. Presidente da Câmara, Pedro Miguel de Carvalho Duarte e estiveram ainda presentes as Sras. Vereadoras Ana Maria Proença Filipe e Patrícia Alexandra Martinho Bastos de Carvalho e o Sr. Vereador Francisco Pedro Salgado Gouveia. -----

Havendo *quórum*, o **Sr. Presidente da Mesa** saudou os presentes, iniciou a reunião às nove horas e trinta minutos e informou os Srs. Deputados Municipais e Srs. Presidentes de Junta sobre a evolução dos trabalhos relativos ao processo de revisão do Regimento da Assembleia Municipal, a serem conduzidos pela Comissão Permanente previamente eleita. -----

Também comunicou que os trabalhos seriam interrompidos no decorrer da sessão, a fim de permitir que os Srs. Deputados Municipais e os demais presentes participassem nas Comemorações do 25 de Abril, organizadas pelo Agrupamento de Escolas Tenente-Coronel Adão Carrapatoso, em articulação com o Município. -----

A **Primeira Secretária** informou a Assembleia do pedido de substituição da Sra. Deputada Municipal Ana Helena Barbosa Fachada, substituída pelo Sr. Cid Mickaël Moutinho Martinho. -----



**MUNICÍPIO
DE VILA NOVA DE FOZ CÔA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

O **Sr. Presidente da Mesa** leu o auto de verificação da identidade e legitimidade do eleito substituto **Cid Mickaël Moutinho Martinho**, o qual se encontra anexado à presente ata. -----

“Expediente Recebido e Expedido”: -----

De acordo com o disposto na alínea m) do ponto número 1 do artigo 29º da Lei número 75/2013 de 12 de setembro, a Mesa deu conhecimento à Assembleia do expediente recebido e expedido no período compreendido entre fevereiro e abril de dois mil e vinte e seis, que foi enviado juntamente com a documentação respeitante à ordem de trabalhos. -----

Informou ainda que a correspondência se encontrava à disposição para consulta dos Srs. Deputados Municipais. -----

De seguida, o **Sr. Presidente da Mesa** passou para o Ponto Um da Ordem de Trabalhos. -----

Ponto 1 - Aprovação e votação da ata da sessão ordinária do dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e vinte e seis. -----

Abertas as inscrições, não houve intervenções dos Srs. Deputados Municipais.

A Assembleia Municipal deliberou aprovar, por maioria, com vinte e quatro votos a favor e duas abstenções, a ata da sessão ordinária do dia vinte e sete de fevereiro de dois mil e vinte e seis, dispensando a sua leitura por ter sido previamente distribuída a todos os Deputados Municipais. -----

Ponto 2 - Período de Antes da Ordem do Dia. -----

O **Sr. Presidente da Mesa** abriu inscrições para o Ponto Dois. -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sobre outros assuntos de interesse do Município interveio o **Sr. Deputado Municipal Agostinho Marafão**, o qual iniciou a sua intervenção referindo diversos eventos realizados, bem como outros em curso ou previstos nos meses de abril e maio, salientando que o Município tem vindo a enquadrar estas iniciativas numa estratégia consistente de dinamização cultural. Considerou que estas agendas são fundamentais para o desenvolvimento do concelho, tanto ao nível cultural, como no reforço da capacidade de atrair visitantes. -----

Relativamente às Festividades da Amendoeira em Flor, destacou o equilíbrio do cartaz apresentado e manifestou a convicção de que o Município procederá a uma análise dos resultados obtidos, identificando os aspetos positivos a manter e os que poderão ser aperfeiçoados em futuras edições. Sublinhou ainda a necessidade de renovação constante de um evento que conta já com quarenta e quatro edições. -----

De seguida, assinalou a ação desenvolvida pelo Gabinete Municipal de Proteção Civil, em parceria com a empresa Wildcôa, destinada ao controlo da população de pombos em meio urbano. Considerou tratar-se de uma intervenção preventiva relevante para a proteção da saúde pública, baseada no controlo da espécie e não no seu abate. Referiu ainda que este era um assunto que vários munícipes lhe haviam transmitido como relevante e que pretendia trazer à Assembleia Municipal, congratulando-se pelo facto de o Município já estar a atuar nesta área. -----

Destacou também o apoio económico atribuído pelo Município no âmbito da adoção e da natalidade, considerando que estas medidas reforçam políticas públicas de proximidade, promovem a coesão social, valorizam a parentalidade e contribuem para o desenvolvimento equilibrado do concelho. -----

Neste contexto, salientou a evolução registada nos últimos anos ao nível das políticas sociais e de saúde, considerando que estas áreas assumem atualmente uma importância central na ação municipal e merecem o devido reconhecimento. -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Fez ainda referência ao regresso dos Fins-de-Semana Gastronómicos, a decorrer entre os dias 24 e 26 de abril, bem como à iniciativa ReCôa, dedicada à sustentabilidade, à economia circular e à partilha de saberes, a realizar no Mercado Municipal, no dia 25 de abril. -----

Relativamente ao Festival de Poesia e Música de Foz Côa, manifestou o seu apreço por um evento ao qual esteve ligado durante vários anos, através das respetivas comissões executivas e da associação SOMA. Considerou motivo de orgulho o facto de este ser o mais antigo festival literário nacional e valorizou o apoio que o Município continua a prestar à iniciativa. Destacou igualmente o papel do seu mentor, o Dr. Jorge Maximino, bem como a qualidade e diversidade do programa, que inclui momentos de poesia, música, leitura, conversa e ainda a feira do livro. -----

Prossequindo a sua intervenção, referiu a aproximação do Feriado Municipal e os preparativos para mais uma edição do Festival do Vinho do Douro Superior, que classificou como um dos eventos mais emblemáticos do concelho. Sublinhou a importância deste festival para a economia local, nomeadamente pelo impacto positivo na hotelaria, restauração e comércio, bem como pela promoção dos produtos endógenos da região, entre os quais o azeite, a amêndoa, o mel, os queijos, a charcutaria e, naturalmente, o vinho. Acrescentou que o festival tem registado um crescimento sustentado, atraindo profissionais do setor vitivinícola a nível regional e nacional e criando oportunidades de promoção e exportação para os produtores locais. -----

Considerou que são estes eventos, devidamente planeados e estruturados, que contribuem para atrair visitantes ao concelho e dinamizar a economia local. Em contraponto, criticou modelos de gestão anteriores assentes em iniciativas que designou por “*festarolas*”, associando-as a um período de dificuldades financeiras para o Município. -----

A concluir, manifestou satisfação pelo facto de o Município continuar a investir nas áreas social e da saúde, destacando o investimento realizado no Centro de Saúde e o conjunto de medidas sociais implementadas. Considerou que o



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Executivo Municipal tem vindo a desenvolver um trabalho relevante nestes domínios, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos munícipes. ----

De seguida, interveio o **Sr. Deputado Municipal Alexandre Oliveira**, o qual iniciou a sua intervenção abordando a questão da cibersegurança, referindo que recentemente a Câmara Municipal da Guarda foi alvo de um ataque informático que paralisou os seus serviços durante várias semanas, tendo posteriormente anunciado um investimento de cerca de dois milhões de euros para reforço e modernização dos seus sistemas informáticos. Neste contexto, questionou se a Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa dispõe de análises ou pareceres técnicos dos serviços de tecnologias de informação relativamente ao estado da segurança cibernética municipal e se existem mecanismos de recuperação e mitigação que permitam responder eficazmente a uma eventual ocorrência semelhante. -----

Ainda na área tecnológica, referiu os avanços significativos da inteligência artificial a nível global, questionando se o Município acompanha esta evolução e se está preparado para garantir uma utilização controlada destas ferramentas em benefício da produtividade dos trabalhadores municipais. Perguntou igualmente se existe algum enquadramento normativo ou *framework* orientador para a utilização da inteligência artificial, quer ao nível municipal, quer através de entidades supramunicipais. -----

De seguida, abordou o atual contexto geopolítico internacional e os seus potenciais impactos económicos, questionando se o Município está preparado para enfrentar eventuais aumentos dos custos energéticos e dos combustíveis. Manifestou igualmente preocupação com os possíveis efeitos da subida dos preços dos materiais de construção nas obras em curso e nos projetos previstos, procurando perceber de que forma tais circunstâncias poderão influenciar as contas municipais. -----

Relativamente ao Balcão da Inclusão, observou que o serviço já se encontra em funcionamento e aparenta estar numa fase inicial de implementação,



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

eventualmente sujeita a ajustamentos. Questionou quais os resultados obtidos até ao momento, que serviços concretos estão a ser prestados e em que medida esta estrutura complementa ou poderá sobrepor-se ao trabalho de proximidade tradicionalmente desenvolvido pelas juntas de freguesia. -----

Abordou ainda o funcionamento do Espaço Empresa, referido no *website* do Município como *“uma iniciativa promovida pelo IAPMEI (Agência para a Competitividade e Inovação), em parceria com a AMA (Agência para a Modernização Administrativa) e a AICEP (Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal), que tem como objetivo implementar um modelo inovador de atendimento empresarial, orientado para as necessidades e interesses dos empreendedores”*. Neste âmbito, questionou qual o *feedback* recebido dos empresários que recorreram ao serviço, quais os resultados concretos alcançados e que benefícios foram gerados para a atividade económica local. Referiu que o relatório municipal menciona a realização de cerca de quatrocentos e sessenta e um atendimentos, procurando conhecer o impacto efetivo desses atendimentos na resolução de problemas, no cumprimento de obrigações legais ou na identificação de oportunidades de negócio para os empresários do concelho. -----

No que respeita às extensões de saúde, solicitou informações sobre o ponto de situação da moção aprovada na Assembleia Municipal de vinte e nove de dezembro de dois mil e vinte e cinco, questionando se foi recebida alguma resposta por parte das entidades às quais a mesma foi remetida. -----

Por último, dirigiu uma palavra de reconhecimento à Junta de Freguesia da Horta, na pessoa da sua Presidente, pela instalação de sanitários provisórios no recinto da feira, considerando tratar-se de uma medida importante para os utilizadores daquele espaço e com impacto positivo na sua valorização. Aproveitou para questionar o Sr. Presidente da Câmara em que fase se encontra o processo concursal relativo à obra prevista para o referido local. -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Interveio ainda a **Sra. Deputada Municipal Rita Regalo**, a qual iniciou a sua intervenção com uma nota de carácter introdutório e reflexivo sobre a evolução das formas de comunicação política, referindo que talvez devesse adaptar as suas próprias intervenções a uma linguagem mais atual e alinhada com as dinâmicas da comunicação digital. Observou que, face à comunicação que tem circulado nos últimos tempos, por vezes fica a impressão de que determinadas plataformas digitais assumem um protagonismo crescente na discussão política local, questionando se tal representa uma evolução natural dos tempos atuais ou uma espécie de transposição informal da Assembleia Municipal para o universo das redes sociais. -----

Referiu ainda que, sendo atualmente um dos membros mais jovens da Assembleia Municipal e residindo efetivamente no concelho, realidade que salientou não ser exclusiva da própria, acompanha com particular interesse as formas de participação cívica das novas gerações. Neste contexto, confessou algum desconforto perante aquilo que considera ser uma crescente confusão entre a participação cívica informal e os mecanismos formais de decisão política. -----

Recordou que, ao aceitar integrar a Assembleia Municipal enquanto cidadã com participação ativa na vida pública, assumiu uma convicção clara relativamente ao papel das instituições democráticas e ao respeito devido aos seus órgãos representativos. Defendeu que a Assembleia Municipal é (e deve continuar a ser) o espaço privilegiado para o debate político formal, para a tomada de decisões e para a fiscalização da atividade do Executivo, considerando que é neste fórum que o confronto de ideias deve ocorrer com regras definidas, responsabilidade política e registo institucional. Sublinhou que as redes sociais não substituem este espaço democrático, uma vez que as decisões tomadas em Assembleia produzem efeitos legais e administrativos, garantindo simultaneamente igualdade de intervenção entre os seus membros, tempos de participação definidos e registo oficial das posições assumidas. Acrescentou que uma publicação ou comentário em ambiente digital não



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

possui o mesmo valor democrático que uma deliberação formalmente aprovada pelos órgãos competentes. -----

Prosseguindo a sua reflexão, salientou o papel fundamental da oposição numa democracia saudável, considerando que fiscalizar, questionar e discordar constituem funções essenciais ao fortalecimento do sistema democrático. Contudo, defendeu igualmente a necessidade de distinguir a crítica construtiva de práticas que possam conduzir à descredibilização sistemática das instituições. -----

Neste âmbito, afirmou que o Município representa uma instituição de todos os cidadãos, independentemente de maiorias ou oposições, pelo que a sua imagem, credibilidade e estabilidade não devem ser colocadas em causa por estratégias de comunicação imediatistas ou por confrontos permanentes nas redes sociais que pouco contribuem para o interesse coletivo. Defendeu que as redes sociais devem ser utilizadas como instrumentos de informação, esclarecimento e aproximação dos cidadãos às decisões públicas, enquanto o debate político estruturado, o contraditório sério e a responsabilização democrática devem continuar a decorrer nos órgãos competentes, com regras, registos e legitimidade institucional. -----

Acrescentou que, em democracia, governar e fiscalizar são funções complementares e não antagónicas, exigindo ambas sentido institucional, responsabilidade e compromisso com o bem comum. -----

Referiu ainda que é sempre positivo existir abertura e consenso em torno de iniciativas que contribuam para o conhecimento, promoção e valorização de Vila Nova de Foz Côa. No entanto, considerou igualmente importante assegurar rigor e verdade na atribuição das ideias e dos projetos desenvolvidos em benefício do concelho. Sustentou que, quando o objetivo é o desenvolvimento do território, independentemente das diferenças partidárias ou ideológicas, todos beneficiam do reconhecimento do trabalho daqueles que contribuem para preparar e concretizar projetos relevantes para a comunidade.



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

A concluir, assumiu de forma transparente ter recorrido ao apoio de assistentes digitais para recolha e organização de informação, considerando que o mais importante não é apenas possuir respostas, mas saber formular as perguntas adequadas. Observou ainda que nenhuma geração ou instituição descobre tudo de novo, defendendo que o verdadeiro mérito reside na capacidade de adaptar os instrumentos disponíveis aos desafios do presente. -----

De seguida, interveio a **Sra. Deputada Municipal Conceição Constanço**, a qual, no decorrer da sua intervenção, leu, em nome do Grupo Municipal do PS, uma **Recomendação dirigida ao Executivo Municipal**, subscrita por cinco Deputados Municipais, intitulada **“Festas da Amendoeira em Flor com mais Identidade e Pessoas”**, solicitando ao Sr. Presidente da Mesa a anexação da dita Recomendação à Ata, assim como o seu encaminhamento ao Executivo Municipal. -----

A Sra. Deputada Municipal entregou ainda na Mesa uma **Moção de Apoio**, subscrita por nove Deputados Municipais, intitulada **“Pela pavimentação dos principais caminhos vicinais de acesso a propriedades agrícolas em cada uma das freguesias do concelho de Vila Nova de Foz Côa”**, solicitando ao Sr. Presidente da Mesa que, após a respetiva leitura, considerasse a inclusão da referida Moção de Apoio na Ordem de Trabalhos da sessão ordinária. -----

De seguida, interveio o **Sr. Deputado Municipal Artur Ribeiro**, o qual iniciou a sua intervenção referindo-se ao documento apresentado pela Sra. Deputada Conceição Constanço, recordando que, em anteriores mandatos, já havia alertado para a necessidade de garantir um tratamento equilibrado entre a sede do concelho e as restantes freguesias. Assinalou que, no passado, existiu uma maior atenção à cidade de Vila Nova de Foz Côa, em detrimento das freguesias, mas considerou que essa situação tem vindo a melhorar ao longo dos anos, fruto da evolução dos protocolos estabelecidos entre a Câmara



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Municipal e as Juntas de Freguesia, bem como das competências atribuídas pela Lei n.º 75/2013. -----

Seguidamente, centrou a sua intervenção na problemática dos caminhos vicinais, defendendo a necessidade de rever os protocolos e as competências delegadas nas freguesias, nesta matéria. Referiu que, atualmente, os trabalhos realizados consistem, em muitos casos, apenas no nivelamento do piso através da passagem de maquinaria, sem que seja efetuada a necessária limpeza das bermas e da vegetação envolvente. Considerou que esta situação dificulta significativamente a circulação, relatando, a título de exemplo, que recentemente não conseguiu aceder a uma propriedade devido ao mau estado e excesso de vegetação de um caminho. -----

Nesse sentido, apelou aos Presidentes de Junta para que dediquem especial atenção a esta questão, reconhecendo que as condições meteorológicas adversas registadas ao longo do ano agravaram o estado dos caminhos e aumentaram as dificuldades na sua manutenção. Defendeu igualmente uma maior fiscalização dos trabalhos executados, de modo a assegurar que as intervenções contemplem não apenas o piso, mas também a limpeza e desobstrução das margens dos caminhos. -----

Prosseguindo, salientou a importância da agricultura para a economia do concelho, afirmando que esta continua a ser uma das principais atividades económicas locais. Referiu que os agricultores enfrentam atualmente elevados custos de produção, nomeadamente com combustíveis e mão de obra, pelo que a melhoria dos caminhos vicinais contribuiria para reduzir despesas associadas à deslocação às propriedades e à manutenção dos veículos. -----

De seguida, apresentou o exemplo do concelho da Mêda, onde, segundo referiu, foi desenvolvido ao longo dos anos um trabalho contínuo de beneficiação dos caminhos vicinais, tendo muitos dos principais acessos sido pavimentados. Defendeu que uma estratégia semelhante poderia ser adotada em Vila Nova de Foz Côa, através da melhoria gradual dos caminhos principais que ligam as diferentes freguesias, permitindo reduzir, a médio e longo prazo,



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

os custos recorrentes de manutenção provocados pela degradação causada pelas intempéries. -----

Por último, manifestou concordância com as considerações efetuadas pela Sra. Deputada Rita Regalo, defendendo que os assuntos relevantes para o concelho devem ser discutidos e debatidos nos órgãos próprios, nomeadamente na Assembleia Municipal e não nas redes sociais. -----

Interveio também o **Sr. Deputado Municipal Paulo Fortuna**, o qual, no decorrer da sua intervenção, apresentou, em nome do Grupo Municipal do PS, uma **Proposta de Recomendação** para a **“Criação de Unidade de Acolhimento de Autocaravanas como Motor de Desenvolvimento Local”**. Na sequência da proposta apresentada, entregou na Mesa uma **Recomendação**, dirigida ao Executivo Municipal, subscrita pelo próprio, intitulada **“Recomendação para a Elaboração de Projeto e Captação de Financiamento para a Criação de uma Unidade de Acolhimento de Autocaravanas”**, solicitando ao Sr. Presidente da Mesa a inclusão da discussão da referida Recomendação na Ordem de Trabalhos da sessão ordinária. -----

Depois disso, o **Sr. Presidente da Mesa** leu os documentos apresentados pelos Srs. Deputados Municipais Conceição Constanço e Paulo Fortuna e informou que os mesmos seriam apreciados pela Assembleia após os esclarecimentos do Sr. Presidente da Câmara Municipal, tidos por necessários, para a correta apreciação das matérias em análise. -----

Antes de dar a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, o **Sr. Presidente da Mesa**, deu a palavra ao **Sr. Presidente da Junta de Freixo de Numão**, o **Sr. Paulo Sobral**, o qual iniciou a sua intervenção congratulando o Executivo Municipal pela organização das Festas da Amendoeira em Flor, considerando tratar-se da mais importante festividade do concelho. Destacou, em particular, o cuidado colocado na organização e apresentação do recinto das festas,



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

referindo que o espaço se revelou acolhedor e evidenciou alguma inovação relativamente a edições anteriores. Considerou ainda que as festividades devem continuar a evoluir e a incorporar novas sugestões que contribuam para o seu aperfeiçoamento. Nesse sentido, sugeriu que, em relação ao Desfile Etnográfico, para além do prémio monetário atribuído aos participantes vencedores, o Município pudesse criar uma distinção simbólica, como um diploma ou troféu, que identificasse o vencedor de cada edição. Entendeu que tal reconhecimento constituiria um motivo de orgulho para as associações participantes e contribuiria para valorizar e promover o evento ao longo dos anos. -----

De seguida, abordou o debate que tem ocorrido nas redes sociais sobre diversos assuntos da vida pública local. Referiu concordar com as considerações anteriormente efetuadas pela Sra. Deputada Rita Regalo, defendendo que deve existir ponderação nas intervenções públicas e que a atenção dos agentes políticos deve estar centrada nas questões verdadeiramente relevantes para o concelho. Considerou que, por vezes, o debate público se concentra em aspetos secundários ou de reduzida importância, desviando o foco das prioridades essenciais. -----

Afirmou ainda que a sua principal preocupação incidia na situação das extensões de saúde do concelho. Recordou que, numa anterior sessão da Assembleia Municipal, juntamente com os Presidentes de Junta das freguesias abrangidas, apresentou uma moção relacionada com esta matéria. Referiu, contudo, que até à presente data não tinha recebido qualquer resposta oficial relativamente às preocupações então manifestadas. -----

Informou ainda que a Junta de Freguesia de Freixo de Numão tem procurado, junto da Unidade Local de Saúde (ULS) da Guarda e do Centro de Saúde de Vila Nova de Foz Côa, através do envio de diversos e-mails, obter informações sobre os motivos que justificam o encerramento das extensões de saúde e sobre as perspetivas para a sua reabertura. Sobre isso, informou que havia



**MUNICÍPIO
DE VILA NOVA DE FOZ CÔA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

recebido recentemente uma resposta às diligências efetuadas, partilhando o conteúdo da informação com os presentes, o qual se transcreve: -----

*“Excelentíssimo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Freixo de Numão, ---
Na sequência do e-mail enviado por V. Exa., informo que a situação das referidas extensões de saúde se mantém. Este e-mail será reencaminhado ao nosso superior hierárquico, Diretor Clínico dos Cuidados de Saúde Primário da ULS da Guarda, para as devidas diligências. -----*

Mais se informa que os utentes das referidas extensões mantêm as equipas de família com prestações dos cuidados de saúde necessários, tal como os restantes utentes do Concelho de Vila Nova de Foz Côa. -----

Ao dispor. -----

Com os melhores cumprimentos, -----

Coordenadora da USF Alto Douro e Côa.” -----

Posto isto, referiu que, perante a ausência de esclarecimentos concretos sobre a reabertura das extensões de saúde, decidiu enviar novo pedido de esclarecimentos às entidades competentes, procurando obter respostas mais objetivas relativamente à situação e às perspetivas futuras para o funcionamento daqueles serviços. -----

De seguida, procedeu à leitura do conteúdo do referido pedido de esclarecimento, o qual se transcreve: -----

*“Excelentíssima Sra. Coordenadora da USF Alto Douro e Côa, -----
Acuso a receção da resposta de V. Exa., a qual agradeço. Contudo, e considerando que a mesma não esclarece a questão essencial colocada, talvez da minha parte não tenha sido esclarecedor, venho solicitar, de forma objetiva, informação concreta sobre a situação das extensões de saúde no Concelho. Entendendo que estas extensões não se encontram em funcionamento aproximadamente há um ano, importa esclarecer quais as razões concretas que determinam o encerramento ou suspensão do funcionamento destas extensões de saúde. Se existe decisão formal quanto ao seu futuro, ou seja, reabertura ou encerramento definitivo. Caso esteja prevista a reabertura, qual o*



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

horizonte temporal estimado para o efeito? Caso se perspetive um encerramento definitivo, que fundamentação técnica e administrativa sustenta esta decisão? Importa sublinhar que a manutenção das equipas de família, embora essencial, não substitui o acesso de proximidade assegurado pelas extensões físicas, sobretudo num território com características demográficas e geográficas como o nosso. -----

*Com os melhores cumprimentos, -----
Presidente da Junta de Freguesia de Freixo de Numão.” -----*

Prosseguindo a sua intervenção, manifestou preocupação pelo facto de as informações recebidas indicarem que o encerramento das extensões de saúde poderá assumir um carácter definitivo. Saliu a importância da proximidade dos serviços de saúde para as populações, recordando que a defesa da descentralização e da manutenção dos serviços públicos nas freguesias tem sido uma preocupação constante dos eleitos locais. Considerou ainda que, tratando-se da prestação de cuidados de saúde, está em causa um serviço essencial, cuja proximidade assume particular relevância para as populações mais envelhecidas e com maiores dificuldades de deslocação. -----

Saliu ainda que os Presidentes de Junta, pelo contacto direto com as populações, conhecem bem as dificuldades de mobilidade enfrentadas por muitos cidadãos, em especial pelos mais idosos, para aceder aos serviços de saúde centralizados. Considerou, por isso, que o encerramento destes serviços representa um agravamento das dificuldades de acesso aos cuidados de saúde para uma parte significativa da população. -----

Neste contexto, questionou o Presidente da Mesa sobre a eventual existência de resposta à moção anteriormente aprovada pela Assembleia Municipal relativa a esta matéria. Questionou igualmente o Presidente da Câmara Municipal sobre o eventual conhecimento de desenvolvimentos ou avanços relativamente ao futuro das extensões de saúde, referindo que as respostas obtidas até ao momento não têm sido esclarecedoras quanto às intenções das entidades competentes. -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Por último, apelou à união de todos os grupos políticos representados na Assembleia Municipal na defesa da manutenção e reabertura das extensões de saúde do concelho, propondo a adoção de uma posição conjunta sobre esta matéria. Concluiu solicitando que a Assembleia Municipal continue a acompanhar o processo e a diligenciar junto das entidades competentes, tendo em vista a preservação da proximidade dos cuidados de saúde às populações, em especial às mais idosas e com maiores dificuldades de mobilidade. -----

O **Sr. Presidente da Mesa** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para prestar esclarecimentos sobre as intervenções dos Srs. Deputados Municipais.

Sr. Presidente da Câmara -----

Relativamente à intervenção do **Sr. Deputado Municipal Agostinho Marafão**, que considerou importante a renovação contínua da Festa da Amendoeira em Flor, referiu que, há cerca de quatro anos, quando assumiu a responsabilidade pela organização do evento, o concelho encontrava-se ainda a recuperar dos efeitos da pandemia, circunstância que evidenciou a necessidade de proceder a uma renovação do certame. Nesse contexto, foi implementado um novo conceito organizativo, assente na distinção entre a programação diurna e noturna, modelo que se mantém atualmente, embora sujeito a sucessivos aperfeiçoamentos. Explicou que a componente noturna passou a concentrar-se na ExpoCôa, espaço onde foram criadas melhores condições de conforto para visitantes, expositores e participantes, tendo em conta que a Festa da Amendoeira em Flor decorre numa época do ano marcada por elevada instabilidade meteorológica. -----

Quanto à componente diurna, a qual se concentra na cidade, tem sido desenvolvido um conjunto diversificado de iniciativas, articuladas com o comércio local e com a realidade económica do concelho, destacando atividades como a Partida da Amêndoa, o Desfile Etnográfico, o encontro de Ranchos Folclóricos no Parque de Santo António e outras ações dinamizadas



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

em estreita colaboração com as associações locais, cuja participação considerou indispensável para o sucesso do evento. Reconheceu, contudo, que as atividades realizadas ao ar livre permanecem dependentes das condições atmosféricas, referindo como exemplo a Rota das Amendoeiras, integrada num passeio motard, cuja participação foi significativamente condicionada pelas intempéries verificadas durante o respetivo fim-de-semana. Quanto à questão do controlo da população de pombos, bem como dos animais errantes e da limpeza urbana, recordou que estes temas foram amplamente debatidos durante a campanha eleitoral e que o Executivo continua atento e empenhado na procura das melhores soluções. Informou que a atual medida de espantamento de pombas, através da utilização de falcões e armadilhas, foi implementada pela primeira vez no presente ano, após ter sido sugerida pela Sra. Deputada Mariluz Passeira. Referiu que a experiência será objeto de monitorização e avaliação contínua, tendo em conta que, segundo a informação recolhida junto de outros municípios, os resultados tendem a ser positivos, embora dependam da continuidade das ações desenvolvidas. -----

No que respeita às políticas sociais, destacou a relevância de medidas como o Apoio à Natalidade e o Cheque Educação, sublinhando que as prioridades definidas pelo Executivo se centram nas áreas da saúde, da ação social, da habitação e da educação. Recordou que estas prioridades constavam do programa eleitoral e que continuam a constituir os principais eixos de ação do Executivo, articulados com a promoção da economia local, a captação de investimento e a criação de emprego. -----

Relativamente aos eventos em curso, nomeadamente o ReCôa, o Fim de Semana Gastronómico e o Festival de Poesia e Música, este último integrado nas comemorações do 25 de Abril. Salientou ainda a importância deste último evento, considerando-o o festival literário mais antigo do país e destacando o seu papel na promoção da língua portuguesa e no envolvimento das gerações mais jovens através da declamação de poesia e de atividades culturais direcionadas para a comunidade escolar, como, a título de exemplo, a



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

participação do artista Sam The Kid numa das iniciativas do festival, salientando o contributo da sua intervenção para a valorização da língua portuguesa junto dos mais jovens, através de uma abordagem acessível e próxima da sua realidade. Reafirmou, por isso, o compromisso do Município em continuar a investir no Festival de Poesia e Música, procurando introduzir regularmente novos elementos que contribuam para a sua renovação e dinamização. -----

Por fim, abordou o Festival do Vinho e a estratégia de internacionalização associada ao evento, nomeadamente através da presença de compradores internacionais. Explicou que o objetivo desta iniciativa passa por criar oportunidades de negócio para os produtores locais e potenciar o retorno económico do setor vitivinícola. Reconheceu que os resultados alcançados nos primeiros anos do evento ficaram aquém das expectativas inicialmente definidas, mas assegurou que o Município continuará a trabalhar em estreita articulação com os produtores para identificar oportunidades de melhoria e reforçar o impacto da iniciativa. Informou ainda que, na edição deste ano, estarão presentes dois compradores internacionais e um operador especializado em programas de enoturismo, reforçando a aposta neste segmento. Considerou que o enoturismo representa uma área com elevado potencial de crescimento para o concelho, esclarecendo que a sua valorização não se limita à componente de alojamento, podendo integrar experiências diversificadas, como provas de vinhos, almoços temáticos, palestras e outras atividades associadas à cultura vitivinícola. Nesse sentido, manifestou a convicção de que o desenvolvimento desta oferta poderá contribuir para gerar maior valor acrescentado para os produtores e para a economia local, motivo pelo qual continuará a merecer a atenção e o investimento do Município. -----

Sobre a intervenção do **Sr. Deputado Municipal Alexandre Oliveira**, o qual abordou, em primeiro lugar, os temas da cibersegurança e da inteligência artificial, informou que o Município tem inscrito no seu Quadro de Investimentos



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Prioritários para 2030 um montante aproximado de setecentos mil euros destinado à modernização administrativa. Esclareceu que, embora este valor não esteja integralmente afeto às áreas da cibersegurança e da inteligência artificial, contempla investimentos significativos nestes domínios, designadamente no reforço das condições de segurança digital e no cumprimento das obrigações legais em matéria de proteção de dados. Referiu ainda que o Município contratou um Encarregado de Proteção de Dados e Responsável de Segurança, através da aquisição de um serviço externo, dando cumprimento às exigências legais em vigor. Relativamente à inteligência artificial, salientou que o Município acompanha atentamente a evolução desta área, estando prevista, no âmbito do referido investimento, a modernização do *site* institucional, incluindo a implementação de um assistente virtual com inteligência artificial (IA). Acrescentou ainda que foi promovida, durante o mês de março, uma ação de formação dirigida aos quadros superiores e intermédios da Câmara Municipal, com o objetivo de os capacitar para a utilização das ferramentas de inteligência artificial, considerando que estas assumem atualmente um papel cada vez mais relevante no funcionamento das organizações públicas. -----

Relativamente ao aumento dos custos da energia e dos combustíveis e ao seu impacto nas empreitadas municipais, reconheceu que a volatilidade dos preços constitui um fator de preocupação, embora os seus efeitos sejam reduzidos nas obras já contratualizadas, uma vez que os valores acordados apenas podem ser alterados em circunstâncias muito específicas previstas legalmente. Contudo, salientou que os principais estrangimentos se verificam na fase de lançamento de novas empreitadas. Explicou que, frequentemente, entre a realização das consultas preliminares ao mercado e a abertura dos concursos públicos decorre um período suficiente para que ocorram alterações significativas nos custos dos materiais, da energia e da mão de obra, conduzindo, por vezes, à ausência de propostas por parte dos empreiteiros. Como exemplo, referiu a empreitada da Torre do Relógio, cujo concurso foi



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

recentemente lançado pela terceira vez. Informou que o Município tem vindo a reforçar sucessivamente a dotação financeira prevista para a obra, de forma a ajustá-la aos valores indicados pelo mercado, manifestando a expectativa de que seja possível concretizar a sua adjudicação. -----

No que respeita ao Largo da Feira em Vale da Teja esclareceu que o Município irá proceder à reformulação do projeto existente, de forma a simplificar alguns elementos construtivos que, embora acrescentassem qualidade estética à intervenção, contribuíam para dificultar a sua execução dentro dos valores previstos. Manifestou a convicção de que a empreitada poderá ser novamente lançada até ao próximo verão. Sobre esta obra, sublinhou ainda que a mesma não tem nenhum financiamento comunitário associado, mas que se encontra pendente há vários anos, justificando a decisão de avançar com a sua concretização. Aproveitou igualmente para esclarecer que a prioridade do Executivo continua a ser a execução das obras financiadas ou candidatas a fundos comunitários. -----

Nesse sentido, referiu que se encontram atualmente em curso diversos processos de contratação pública e que, apenas no presente ano, o Município prevê lançar investimentos cujo valor inscrito na distribuição plurianual ascende a cerca de cinco milhões e meio de euros. Esclareceu que este montante corresponde apenas à componente financeira prevista para o corrente ano. Acrescentou que cerca de noventa e cinco por cento desse investimento corresponde a obras candidatas ou financiadas, circunstância que obriga a uma gestão rigorosa das prioridades municipais. Apesar de reconhecer a boa situação financeira do Município, salientou que a margem para assumir novos compromissos de investimento é atualmente muito reduzida. -----

Recordou ainda que, nas primeiras reuniões realizadas com os Srs. Presidentes de Junta após o início do mandato, optou por solicitar uma perspetiva de planeamento a quatro anos, ao invés da habitual programação anual, precisamente para permitir uma melhor articulação e calendarização dos investimentos a realizar em todas as freguesias do concelho. -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Concluiu reafirmando que a prioridade do Executivo continuará a centrar-se na concretização das obras financiadas e candidatadas, reconhecendo que esse objetivo representa um desafio significativo para os serviços municipais, atendendo à complexidade dos respetivos procedimentos administrativos. Não obstante, manifestou confiança na capacidade do Município para cumprir os compromissos assumidos e concretizar os investimentos previstos. -----

No decorrer da intervenção do Sr. Presidente da Câmara, o **Sr. Presidente da Mesa** interrompeu os trabalhos para que os Srs. Deputados Municipais e demais presentes na sessão ordinária participassem nas Comemorações do 25 de Abril, organizadas pelo Agrupamento de Escolas Tenente-Coronel Adão Carrapatoso, em articulação com o Município. -----

Retomados os trabalhos, o **Sr. Deputado Municipal Agostinho Marafão** solicitou ao Sr. Presidente da Mesa uma nova interrupção, para reunião do Grupo Municipal do PSD. -----

O **Sr. Presidente da Mesa** interrompeu novamente os trabalhos, por dez minutos. -----

Retomados os trabalhos, o **Sr. Presidente da Mesa** deu novamente a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para retomar os esclarecimentos aos Srs. Deputados Municipais. -----

Sr. Presidente da Câmara -----

Relativamente à intervenção da **Sra. Deputada Municipal Rita Regalo**, a qual abordou questões relacionadas com a comunicação institucional, a utilização das redes sociais e a responsabilidade inerente ao exercício de cargos políticos, começou por dizer que, embora não considere desejável pronunciar-se sobre a atuação de pessoas ausentes e sem possibilidade de responder de imediato, entendia ser importante esclarecer alguns aspetos relacionados com



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

a visita realizada às obras da escola por parte da Sra. Deputada do Partido Socialista eleita pelo círculo eleitoral da Guarda. Explicou que o pedido de reunião efetuado pela Sra. Deputada foi dirigido ao Presidente do Conselho Diretivo do Agrupamento de Escolas, dando apenas conhecimento à Câmara Municipal e tendo como objetivo obter informações sobre o estado da empreitada. Considerou, contudo, que, tratando-se de uma obra cuja responsabilidade compete ao Município, teria sido adequado que os esclarecimentos fossem solicitados diretamente à Câmara Municipal, enquanto entidade responsável pela execução do investimento. Manifestou igualmente o seu desagrado pelo facto de não ter sido contactado diretamente para prestar informações sobre a intervenção em curso, entendendo que tal teria permitido um melhor esclarecimento das questões relacionadas com a obra e um enquadramento mais completo da situação. Referiu ainda que a visita contou com a presença de representantes locais do Partido Socialista, considerando que, atendendo à natureza institucional da deslocação e à qualidade em que a Sra. Deputada interveio, teria sido desejável um modelo de participação mais abrangente e representativo das diversas forças políticas com assento nos órgãos autárquicos. -----

De seguida, abordou ainda uma publicação efetuada pela Sra. Deputada nas redes sociais, relacionada com a situação do concelho. A este propósito, manifestou a sua discordância quanto ao teor da mensagem divulgada, considerando que os titulares de cargos públicos devem privilegiar uma postura de cooperação institucional e de valorização dos territórios que representam. Defendeu que os eleitos para cargos nacionais têm a responsabilidade de contribuir para a identificação de soluções e para a defesa dos interesses dos concelhos do respetivo círculo eleitoral, promovendo o diálogo com os responsáveis locais e procurando colaborar na resolução dos problemas existentes. Nesse contexto, referiu que o concelho enfrenta desafios e dificuldades que são do conhecimento de todos, mas considerou que o papel dos representantes políticos deve passar pela procura de respostas e pela



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

valorização das potencialidades do território, em vez da divulgação de mensagens que possam contribuir para uma perceção negativa do mesmo. A título comparativo, recordou a relação institucional mantida com anteriores representantes eleitos para o mesmo cargo, destacando a disponibilidade demonstrada para ouvir as preocupações do Município e colaborar na procura de soluções para os problemas identificados. -----

Concluiu reafirmando a convicção de que o exercício de funções políticas implica um dever acrescido de responsabilidade para com os territórios representados, considerando importante que os titulares de cargos públicos mantenham uma atitude de proximidade, cooperação e defesa dos interesses das populações que representam. -----

Sobre a intervenção da **Sra. Deputada Municipal Conceição Constanço**, relativamente à organização da Festa da Amendoeira em Flor, referiu que o Executivo tem procurado manter uma postura aberta às sugestões que possam contribuir para a melhoria contínua do evento. Sublinhou que todas as propostas são analisadas e ponderadas, sendo posteriormente implementadas aquelas que o Executivo considera mais adequadas aos objetivos definidos para a iniciativa. -----

A esse propósito, recordou que diversas iniciativas referidas pela Sra. Deputada já integram a programação cultural municipal ao longo do ano, designadamente a celebração do Dia dos Avós, no âmbito da programação do Côa Culto, bem como a realização de projetos de teatro comunitário, desenvolvidos nos últimos anos, também inseridos na programação do Côa Culto. Salientou ainda que a Festa da Amendoeira em Flor possui uma programação própria e específica, não sendo possível concentrar num único evento todas as atividades culturais promovidas pelo Município. -----

Quanto à Rota das Amendoeiras em Flor, salientou tratar-se de um dos produtos turísticos de maior sucesso, registando habitualmente elevada procura e lotação esgotada. Recordou que a impossibilidade da sua realização



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

na edição mais recente já havia sido debatida anteriormente, manifestando a expectativa de que a iniciativa possa regressar no próximo ano. -----

Quanto à ligação entre o Pocinho e Vila Nova de Foz Côa, informou que o Município continua a trabalhar na melhoria das soluções de mobilidade e transporte, encontrando-se prevista a criação de um circuito urbano que assegure essa ligação, em articulação com os horários ferroviários. Considerou tratar-se de uma medida importante para reforçar a acessibilidade e a mobilidade no concelho. -----

Aproveitou ainda para abordar a questão do transporte a pedido e dos projetos de mobilidade em desenvolvimento. Referiu que esta matéria constitui uma prioridade para o Município e integra os compromissos assumidos pelo Executivo. Reconheceu que a implementação deste modelo exige um processo complexo de planeamento, enquadramento legal e articulação com a rede de transportes públicos existente, bem como o desenvolvimento de soluções tecnológicas que permitam uma gestão eficiente do serviço. Não obstante essas exigências, manifestou a expectativa de que seja possível implementar um projeto-piloto durante o início do ano de dois mil e vinte e sete, sem prejuízo da possibilidade de antecipar esse calendário, caso as condições técnicas e administrativas o permitam. -----

De seguida, referiu igualmente o trabalho desenvolvido pela Biblioteca Municipal, nomeadamente através da realização de horas do conto, oficinas e outras atividades de promoção da leitura e da cultura, muitas das quais desenvolvidas em colaboração com o Centro Ciência Viva de Figueira de Castelo Rodrigo. Acrescentou que estas iniciativas têm sido amplamente reconhecidas pela sua qualidade e pelo contributo prestado à dinamização cultural do concelho. -----

Por último, manifestou discordância relativamente a algumas interpretações divulgadas nas redes sociais acerca da origem de determinadas atividades integradas na programação cultural do Município, nomeadamente no que respeita às visitas encenadas. Esclareceu que esta iniciativa foi realizada pela



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

primeira vez em dois mil e vinte e três e voltou a realizar-se em dois mil e vinte e seis por iniciativa do próprio Município, não resultando de qualquer proposta apresentada pelos Srs. Vereadores da oposição. Considerou, por isso, incorreta a associação da referida atividade a intervenções externas ao Executivo, entendendo que esse tipo de discussão não acrescenta valor ao debate político, nem contribui para a valorização do evento. -----

Relativamente à intervenção do **Sr. Deputado Municipal Artur Ribeiro**, relativamente à questão da manutenção dos caminhos rurais e dos apoios atribuídos às Juntas de Freguesia para esse efeito, referiu que, há cerca de dois anos, o Município procedeu a um reforço significativo das verbas destinadas à manutenção da rede viária rural, ascendendo atualmente esse apoio a cerca de trezentos mil euros anuais. -----

Explicou que, tendo em conta os efeitos das intempéries registadas recentemente e o conseqüente agravamento do estado de conservação de muitos caminhos, solicitou aos serviços municipais que procedessem à antecipação dos pagamentos às Juntas de Freguesia, de forma a permitir uma intervenção mais célere nos trabalhos de manutenção e reparação. Saliu que esta antecipação se justifica também pela necessidade de compatibilizar os trabalhos de limpeza e conservação com as restrições habitualmente impostas durante o período crítico de incêndios rurais, evitando situações em que determinadas intervenções deixem de poder ser executadas devido às limitações legais em vigor durante essa época. Reconheceu, contudo, que a realização mais precoce de alguns trabalhos, nomeadamente de limpeza de vegetação, poderá implicar a necessidade de novas intervenções ao longo do mesmo ano, em consequência do crescimento da vegetação, circunstância que deverá ser devidamente ponderada pelas Juntas de Freguesia na gestão dos recursos disponíveis. Manifestou, por isso, confiança na experiência e no conhecimento dos Srs. Presidentes de Junta para gerir adequadamente os



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

trabalhos de manutenção, ajustando a sua execução às necessidades de cada freguesia. -----

Concluiu, referindo que o montante atualmente previsto no orçamento municipal para este apoio corresponde à dotação considerada adequada, reconhecendo, no entanto, que poderão existir anos em que as necessidades sejam superiores e outros em que os recursos disponíveis se revelem suficientes ou até excedentários, face às intervenções necessárias. -----

Sobre a intervenção do **Sr. Deputado Municipal Paulo Fortuna**, relativamente à necessidade da criação de um parque de caravanismo, manifestou concordância com a importância atribuída a esta infraestrutura para o desenvolvimento turístico do concelho. Informou que o Município dispõe já do projeto concluído para a criação de um parque de caravanismo no Parque da Lameira, bem como do respetivo projeto de balneários de apoio. Esclareceu que a não execução da obra até à presente data resultou de constrangimentos relacionados com o enquadramento urbanístico da área de intervenção, nomeadamente a existência de um Plano de Pormenor que obrigou a aguardar pela conclusão do processo de alteração do Plano Diretor Municipal, concluído em junho do ano anterior. -----

Referiu que, ultrapassado esse condicionamento, a concretização da obra se encontra agora dependente da definição das prioridades de investimento do Município, reiterando que a execução das obras financiadas ou objeto de candidatura constitui atualmente a principal prioridade do Executivo. Nesse contexto, explicou que a empreitada do parque de caravanismo e dos respetivos balneários será lançada após o avanço das intervenções já enquadradas nos programas de financiamento em curso. -----

Referiu, mais uma vez, que o projeto se encontra concluído e que a solução prevista aproveita as infraestruturas já existentes no local, considerando tratar-se de uma intervenção adequada e estrategicamente bem localizada. Destacou ainda as vantagens da localização escolhida, pela proximidade às piscinas



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

municipais, ao Museu do Côa e a outros equipamentos de interesse turístico, permitindo igualmente retirar os caravanistas de uma zona atualmente menos qualificada, em termos de conforto e tranquilidade. -----

Concluiu, manifestando expectativa de que a obra possa ser lançada durante o próximo ano, embora tal dependa da evolução dos restantes investimentos prioritários do Município. -----

Relativamente à intervenção do **Sr. Presidente da Junta de Freixo de Numão, Paulo Sobral**, sobre as extensões de saúde, referiu não existirem dúvidas quanto ao compromisso do Município em trabalhar para a reabertura daqueles equipamentos, assegurando que a Câmara Municipal continuará a desenvolver todos os esforços ao seu alcance para concretizar esse objetivo. -- Informou que o Município realizou as obras que lhe foram solicitadas nas extensões de saúde, encontrando-se apenas por resolver uma situação em Castelo Melhor. Acrescentou ainda que, na sequência de uma solicitação da ULS (Unidade Local de Saúde), foi desencadeado o procedimento para aquisição de uma viatura destinada a facilitar as deslocações dos profissionais de saúde às extensões, prevendo-se a sua disponibilização no prazo de dois a três meses. -----

Referiu que as justificações apresentadas pela ULS para o encerramento das extensões de saúde se prendem com a insuficiência de profissionais médicos disponíveis, situação agravada por licenças de maternidade de médicas afetas ao serviço. Nesse contexto, informou ter transmitido à Presidente da ULS e ao responsável pelos cuidados de saúde primários, Dr. Bruno Morrão, a total disponibilidade do Município para colaborar na identificação e resolução de necessidades que possam contribuir para a reabertura das extensões de saúde. -----

Salientou ainda que a Câmara Municipal tem procurado responder positivamente às solicitações recebidas, nomeadamente através da realização de obras e da disponibilização de meios de transporte, considerando que, para



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

além dessas medidas, resta continuar a exercer a necessária pressão institucional e política junto das entidades competentes. -----

Esclareceu ainda que a única informação oficial recebida pelo Município por parte do Conselho de Administração da ULS indica que as extensões de saúde se encontram encerradas temporariamente, por falta de profissionais, não existindo qualquer comunicação formal que determine o seu encerramento definitivo. -----

De seguida, após permissão do Sr. Presidente da Mesa, interveio o **Sr. Presidente da Junta de Freixo de Numão, Paulo Sobral**, sugerindo que fosse elaborado um documento por parte da Assembleia Municipal, a solicitar esclarecimentos sobre o encerramento das extensões de saúde às entidades competentes. -----

Ainda neste Ponto, interveio a **Sra. Deputada Municipal Conceição Constanço**, para Defesa da Honra, relativamente às considerações efetuadas pelo Sr. Presidente da Câmara acerca da proposta apresentada para a Festa da Amendoeira em Flor. Referiu que, aquando da apresentação da referida proposta, reconheceu expressamente que algumas das iniciativas sugeridas não constituíam novidades, tendo inclusivamente sido promovidas pelo Município em anos anteriores. Esclareceu que o objetivo da proposta consistia apenas em contribuir de forma construtiva para a organização do evento, colaborando com sugestões que pudessem enriquecer e inovar a programação da festa. Acrescentou que, tendo sido solicitados contributos para a melhoria contínua do evento, entendeu ser dever do Grupo Municipal do PS apresentar propostas, cabendo naturalmente à organização decidir quais as sugestões a acolher. -----

Explanou ainda a sua opinião, em relação à sugestão do Sr. Presidente de Junta de Freixo de Numão, sobre a necessidade de se analisar o contrato assinado entre a Unidade Local de Saúde da Guarda e a Unidade de Saúde



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Familiar de Vila Nova de Foz Côa, relativamente à questão das extensões de saúde, antes da elaboração de qualquer documento. -----

Por último, manifestou a sua disponibilidade para colaborar, enquanto médica, no funcionamento das extensões de saúde, a título gratuito, ressalvando, contudo, que tal colaboração não se poderia revestir de carácter permanente, em virtude das suas responsabilidades profissionais. -----

Por último, o **Sr. Deputado Municipal Nuno Saldanha** apresentou uma interpelação à Mesa relativamente aos documentos submetidos pelo Grupo Municipal do PS, questionando a forma como deveriam ser tratados, à luz do atual Regimento, nomeadamente enquanto Moção e Recomendações. Nesse sentido, esclareceu que a Moção, caso seja admitida e incluída na ordem de trabalhos, deverá ser objeto de apreciação e votação pela Assembleia Municipal. Por sua vez, considerou que qualquer Recomendação se esgota no momento da sua apresentação, cabendo posteriormente à Câmara Municipal decidir se acolhe ou não o seu conteúdo. Concluiu, afirmando que, salvo melhor opinião, as Recomendações não carecem de votação, distinguindo-se, assim, da Moção quanto ao respetivo procedimento de apreciação. -----

De seguida, o **Sr. Presidente da Mesa** colocou à votação da Assembleia Municipal a introdução da Moção de Apoio, entregue pelo Grupo Municipal do PS e intitulada *“Pela pavimentação dos principais caminhos vicinais de acesso a propriedades agrícolas em cada uma das freguesias do concelho de Vila Nova de Foz Côa”*, na Ordem de Trabalhos da sessão ordinária, a qual foi aprovada por unanimidade. -----

Abertas as inscrições, interveio o **Sr. Presidente de Junta de Freixo de Numão, Paulo Sobral**, o qual considerou que o documento em discussão apresentava um grau de complexidade superior ao que poderia resultar de uma análise simplificada, salientando que, enquanto autarca, gostaria de ver todos os caminhos do concelho devidamente calcetados ou alcatroados. -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Referiu, contudo, que a concretização de uma intervenção dessa dimensão depende, desde logo, da respetiva viabilidade financeira, razão pela qual entendeu que o assunto deveria ser objeto de uma análise mais aprofundada, envolvendo os diversos intervenientes, de forma a permitir um estudo rigoroso das suas implicações e exequibilidade. -----

Destacou a vasta extensão da rede de caminhos existente nas freguesias, nomeadamente em Freixo de Numão, considerando que uma intervenção generalizada poderia representar um encargo muito significativo para o Município, eventualmente condicionando a realização de outras obras consideradas estruturantes, salvo se fosse possível recorrer a financiamento através de candidaturas específicas. -----

Manifestou concordância com o objetivo da proposta, afirmando que, caso existisse comprovada viabilidade financeira para a sua concretização, a apoiaria de imediato. No entanto, por considerar que tal viabilidade não se encontrava demonstrada e por entender que o Município deve manter uma gestão equilibrada dos seus recursos, declarou o seu voto contra a proposta. --
Esclareceu, contudo, que a sua posição não representava discordância quanto ao mérito da iniciativa, mas antes uma preocupação com os encargos financeiros que a sua execução poderia acarretar para o Município. Defendeu, por isso, que o assunto não deveria ser afastado, propondo antes a realização de um estudo prévio que permitisse avaliar os custos envolvidos, a viabilidade da intervenção e a eventual obtenção de financiamento externo, através de candidaturas adequadas. -----

De seguida, o **Sr. Presidente da Mesa** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para prestar os devidos esclarecimentos. -----

Sr. Presidente da Câmara -----

No tocante à Moção de Apoio, manifestou a sua discordância relativamente à proposta apresentada, considerando que a mesma possuía um caráter



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

predominantemente político e que não refletia o trabalho de planeamento e definição de prioridades que tem vindo a ser desenvolvido pelo Município, em articulação com os Presidentes de Junta. -----

Referiu que, nas reuniões realizadas com todos os Presidentes de Junta, foi elaborado um plano de investimentos para o mandato, contemplando as intervenções consideradas prioritárias em cada freguesia. Salientou que, durante esse processo, nenhum dos autarcas identificou como prioridade a execução generalizada de calçamentos nos caminhos das respetivas freguesias. -----

Esclareceu que o Município tem seguido uma estratégia previamente definida, assente na concretização das obras candidatas e financiadas, avançando posteriormente para outras intervenções consideradas necessárias. Neste contexto, considerou que a aprovação da proposta poderia comprometer o planeamento estabelecido e desvirtuar o trabalho desenvolvido em conjunto com as juntas de freguesia. -----

Não obstante a sua discordância relativamente à proposta em apreciação, reconheceu a importância dos caminhos vicinais para as freguesias e para a atividade económica local, nomeadamente no apoio às atividades agrícolas, facilitando o acesso às explorações e o escoamento da produção. Prova disso, indicou que se encontram atualmente em execução investimentos significativos em dois caminhos vicinais, designadamente cerca de cento e dezoito mil euros na freguesia de Freixo de Numão e cerca de cento e três mil euros na freguesia de Seixas. -----

Por último, salientou como prioritária a necessidade de desenvolver um trabalho de identificação e clarificação dos caminhos vicinais do concelho, particularmente no que respeita à distinção entre caminhos públicos e caminhos de natureza privada, considerando tratar-se de uma questão estrutural que importa resolver e na qual o Município pretende apostar de forma prioritária. -----



**MUNICÍPIO
DE VILA NOVA DE FOZ CÔA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Nesta sequência, o *Sr. Presidente da Mesa* colocou à votação da Assembleia Municipal a Moção de Apoio *“Pela pavimentação dos principais caminhos vicinais de acesso a propriedades agrícolas em cada uma das freguesias do concelho de Vila Nova de Foz Côa”*, a qual foi rejeitada, por maioria, com vinte votos contra e nove votos a favor. -----

A Moção de Apoio encontra-se anexada à presente ata. -----

Relativamente às Recomendações *“Festas da Amendoeira em Flor com mais Identidade e Pessoas”* e *“Recomendação para a Elaboração de Projeto e Captação de Financiamento para a Criação de uma Unidade de Acolhimento de Autocaravanas”*, apresentadas pelo Grupo Municipal do PS, as mesmas foram encaminhadas ao Executivo Municipal, encontrando-se ainda anexadas à presente ata. -----

Ponto 3 - Período Aberto ao Público - Período de Intervenção. -----

Não se registou a presença de público na sessão ordinária. -----

Ponto 4 - Período da Ordem do Dia: -----

Ao longo da reunião foram tratados os seguintes pontos: -----

Ponto 4.1 - Processo n.º 2598/2026: Informação do Sr. Presidente da Câmara Municipal sobre a recente Atividade Municipal. -----

O *Sr. Presidente da Mesa* deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para prestar esclarecimentos sobre este Ponto. -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sr. Presidente da Câmara -----

Sobre este ponto, referiu estar à disposição para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais a questões ou dúvidas que viessem a ser colocadas pelos Srs. Deputados Municipais. -----

Abertas as inscrições, interveio o **Sr. Deputado Municipal Alexandre Oliveira**, que iniciou a sua intervenção por assinalar que várias das questões e sugestões apresentadas pelos deputados do Partido Socialista em assembleias anteriores tiveram correspondência em ações posteriormente desenvolvidas pelo Executivo Municipal. Referiu que, em áreas como a saúde, a ação social e a proteção civil, foram realizadas atividades e reuniões que iam ao encontro de preocupações anteriormente levantadas pelo seu grupo municipal, manifestando satisfação por esse facto. Considerou ainda que tal contrariava as críticas formuladas, quer nas redes sociais quer na própria sessão, de que o Partido Socialista apenas criticava a atuação do executivo. -----

De seguida, felicitou o Agrupamento de Escolas, a Fundação Côa Parque e o Município pelas iniciativas promovidas no âmbito do 30.º aniversário do Parque Arqueológico do Vale do Côa. Referiu não ter podido estar presente por motivos profissionais, mas considerou, com base no que acompanhou, que se tratou de uma iniciativa positiva. Salientou ainda a importância das redes sociais na divulgação de eventos e na comunicação política, entendendo como natural e legítimo que estas sejam utilizadas tanto para divulgar o trabalho realizado como para apontar aspetos suscetíveis de melhoria. Acrescentou que o debate democrático não se esgota na Assembleia Municipal, decorrendo igualmente através de outros meios de comunicação. -----

Relativamente à questão anteriormente suscitada sobre uma visita à obra da Escola Sede do Agrupamento de Escolas, esclareceu que, enquanto representante do Grupo Municipal do Partido Socialista, não falava em nome da Sra. Deputada Aida Carvalho, nem tinha conhecimento dos contornos da



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

iniciativa ou da forma como esta foi preparada, considerando, por isso, mais adequado que o assunto fosse tratado pelas vias institucionais competentes. --- No segundo ponto da sua intervenção, solicitou esclarecimentos sobre a reunião realizada com a Associação Nacional de Municípios Portugueses, no dia 15 de abril, no Porto, relativa ao PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) e aos denominados “*processos de transição*”. Questionou em que consistiam esses processos e quais as implicações que poderiam ter para os projetos financiados pelo PRR e para outros processos em curso no Município. ----- Por fim, relativamente à questão da proteção de dados e da cibersegurança, abordada na intervenção anterior, questionou se a pessoa referida como responsável por essa área era um funcionário interno ou externo ao Município. Solicitou ainda informação sobre a empresa que presta apoio nestas matérias e sobre a existência das certificações adequadas para o exercício dessas funções. -----

De seguida, interveio a **Sra. Deputada Municipal Conceição Constanço**, a qual solicitou esclarecimentos acerca da reunião realizada com a Fundação Côa Parque, relativa à transmissão de informações sobre o Estudo de Impacto Ambiental do gasoduto Celorico-Vale de Frades (projeto CelZa). ----- Começou por recordar que o tema já havia sido objeto de abordagem na Assembleia Municipal anterior, embora, à data, não dispusesse de informação suficiente para acompanhar a discussão. Referiu igualmente que se trata de uma matéria ainda pouco conhecida pela população, salientando que, das conversas que tem mantido com munícipes, constatou um reduzido conhecimento público sobre o projeto. ----- Relativamente aos impactos locais e regionais, recordou que o concelho integra uma área de elevado valor patrimonial, associada à classificação da UNESCO e referiu que, em 2017, a APA (Agência Portuguesa do Ambiente) reprovou o anterior traçado, devido ao impacto irreversível que o mesmo teria sobre a paisagem do Alto Douro Vinhateiro. Neste contexto, questionou que



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

garantias existem de que o atual traçado do projeto CelZa não comprometerá novamente a classificação da UNESCO nem a preservação da paisagem das quintas históricas da região. -----

Questionou ainda se existe algum plano concreto que permita às populações e às indústrias locais beneficiar diretamente da infraestrutura, uma vez que o projeto é apresentado pela REN (Redes Energéticas Nacionais) como uma infraestrutura de transporte e exportação de hidrogénio em larga escala. Pretendeu saber se o concelho beneficiará efetivamente do investimento ou se será apenas um território de passagem. -----

No que respeita à segurança, interrogou o Executivo sobre a avaliação efetuada relativamente aos riscos associados à passagem de um gasoduto de hidrogénio de alta pressão por áreas florestais e agrícolas, particularmente num território que enfrenta regularmente situações de incêndio rural. Relativamente às contrapartidas económicas, solicitou esclarecimentos sobre os benefícios financeiros e fiscais que poderão reverter para o concelho ao longo do período de exploração da infraestrutura, designadamente ao nível de receitas municipais, para além do eventual impacto temporário associado à fase de construção. -----

Manifestou ainda preocupação relativamente à viabilidade económica do projeto, referindo o relatório do Tribunal de Contas Europeu que considera as metas de produção e utilização de hidrogénio excessivamente ambiciosas. Neste contexto, questionou como justifica o Município o apoio a um investimento de grande dimensão (na ordem dos trezentos e cinquenta milhões de euros) que poderá vir a revelar-se economicamente inviável ou subaproveitado, como o caso das ensecadeiras do Côa. -----

Questionou igualmente quais os mecanismos previstos para garantir que a infraestrutura será utilizada para o transporte de hidrogénio verde, evitando que possa servir para prolongar a utilização de combustíveis fósseis através da importação de gás natural. -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Referiu ainda que, da análise efetuada à documentação disponível, identifica diversos riscos potenciais para o território, nomeadamente a existência de impactos ambientais permanentes sem benefícios económicos proporcionais para a região, a possibilidade de afetação da imagem e valorização turística do Douro enquanto Património Mundial, bem como o risco de o concelho suportar os impactos territoriais de uma infraestrutura cuja utilização futura possa não corresponder às expectativas atualmente apresentadas. -----

Destacou também as preocupações associadas à segurança operacional da infraestrutura, atendendo às características específicas do hidrogénio e às exigências acrescidas de manutenção, monitorização e resposta a emergências, particularmente num território já por si isolado e com escassos meios de socorro. -----

Concluiu solicitando esclarecimentos sobre as diligências que estão a ser desenvolvidas em articulação com o tecido empresarial e industrial local, sobre a posição dos agentes económicos do concelho relativamente ao projeto, sobre as contrapartidas financeiras previstas para o Município, sobre as garantias ambientais a assegurar através de entidades independentes e sobre a existência de um plano específico de emergência e segurança para o território abrangido. -----

O **Sr. Presidente da Mesa** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para prestar esclarecimentos sobre as intervenções dos Srs. Deputados Municipais.

Sr. Presidente da Câmara -----

Relativamente à intervenção do **Sr. Deputado Municipal Alexandre Oliveira**, acerca dos os “*processos de transição*” associados às obras financiadas pelo PRR, referiu que o tema tem sido objeto de acompanhamento junto de diversas entidades, nomeadamente da Associação Nacional de Municípios Portugueses e da CCDR (Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional), encontrando-se igualmente prevista uma reunião com o Secretário de Estado



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

do Ministério da Economia e da Coesão Territorial, que tutela a gestão dos fundos do PRR. Esclareceu que a principal preocupação do Executivo se prende com a conclusão de várias obras financiadas por este mecanismo, destacando, em particular, a requalificação da Escola Sede e alguns projetos enquadrados no programa 1.º Direito. Reconheceu que estas intervenções não estarão concluídas dentro dos prazos atualmente definidos pelo PRR, encontrando-se o Executivo empenhado na identificação de fontes alternativas de financiamento, que permitam assegurar a sua concretização sem encargos acrescidos para o Município. Sublinhou que ainda não existe qualquer decisão definitiva relativamente aos mecanismos de financiamento a adotar, encontrando-se em curso contactos e negociações com as entidades competentes, com o objetivo de encontrar soluções adequadas para esta situação. Acrescentou que o Município não é caso único, verificando-se dificuldades semelhantes noutros concelhos. -----

Relativamente à obra da Escola Sede, considerou tratar-se da intervenção mais relevante e urgente, quer pela sua dimensão, quer pelas condições em que os alunos continuam a desenvolver a sua atividade letiva. Recordou que Foz Côa foi o primeiro município da CIM Douro (Comunidade Intermunicipal do Douro) a obter aprovação do financiamento para esta intervenção, mas que diversos constrangimentos, incluindo atrasos na elaboração do projeto, no início da empreitada e no fornecimento das instalações provisórias, contribuíram para a situação atual. -----

Afirmou que a prioridade do Executivo passa por assegurar a conclusão da obra no menor prazo possível e sem impacto financeiro adicional para o Município. Informou ainda que o empreiteiro entregou recentemente um novo plano de trabalhos, prevendo atingir cerca de cinquenta por cento de execução da obra até ao final do mês de agosto, embora tenha ressalvado que será necessário acompanhar a evolução dos trabalhos para aferir a exequibilidade dessa previsão. Referiu igualmente que tem realizado reuniões periódicas na própria obra, com uma periodicidade aproximada de duas a três semanas,



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

envolvendo o empreiteiro e os serviços competentes, com o objetivo de acompanhar de perto a execução dos trabalhos e procurar minimizar os atrasos verificados. -----

Acrescentou ainda que estão ainda a ser analisados mecanismos de flexibilização dos critérios de execução do PRR, designadamente soluções aplicáveis a obras em fase avançada de concretização, pelo que considerou prematuro apresentar conclusões definitivas. Manifestou, contudo, a expectativa de que na próxima sessão da Assembleia Municipal possa prestar informações mais concretas sobre o estado da obra da Escola Sede e dos restantes projetos em situação de transição, incluindo algumas intervenções do programa 1.º Direito, que também não deverão estar concluídas até ao prazo atualmente previsto. -----

Relativamente à questão colocada sobre a proteção de dados e a cibersegurança, informou não dispor naquele momento do nome da empresa responsável pela prestação do serviço, comprometendo-se a facultar essa informação posteriormente. Esclareceu, no entanto, que se trata de uma empresa devidamente certificada e legalmente habilitada para o exercício dessas funções, prestando igualmente serviços a outros municípios da CIM Douro. -----

Sobre a intervenção da **Sra. Deputada Municipal Conceição Constanço**, esclareceu que, no que concerne ao projeto do gasoduto, realizou somente uma reunião inicial com o consórcio responsável pelo desenvolvimento do projeto, tendo-lhe sido transmitido que a proposta anteriormente apresentada havia sido abandonada em 2017, na sequência do parecer desfavorável da APA. Segundo a informação recebida, os promotores reconheceram as insuficiências identificadas nesse processo e manifestaram disponibilidade para corrigir os aspetos que conduziram à sua reprovação. Referiu que, nessa reunião, foi igualmente informado de que o processo seria retomado e que, numa fase posterior, o Município seria formalmente contactado para se pronunciar sobre o projeto. Acrescentou que, desde então, não voltou a reunir



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

sobre esta matéria, nem recebeu qualquer informação adicional que lhe permitisse prestar outros esclarecimentos à Assembleia Municipal. -----

De seguida, estabeleceu um paralelo com o processo relacionado com o encerramento da fábrica do Pocinho, referindo que, em ambos os casos, o Município dispõe de competências limitadas em matéria de decisão. Contudo, acrescentou que, para além das competências formais do Município, existe também um importante trabalho de sensibilização e articulação institucional junto das entidades competentes, com vista a fazer valer a posição e as preocupações do concelho. Referiu que esse esforço tem sido desenvolvido relativamente à fábrica do Pocinho e que será igualmente realizado no caso do gasoduto, caso tal venha a revelar-se necessário. -----

Concluiu, reconhecendo a pertinência das preocupações manifestadas pela Sra. Deputada Municipal, afirmando que estas são partilhadas pelo Executivo. No entanto, reiterou não dispor, à presente data, de informação relevante sobre o projeto que lhe permita prestar mais esclarecimentos sobre a matéria. -----

A Assembleia Municipal, ao abrigo da competência prevista na alínea c) do n.º 2 do artigo 25º da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, tomou conhecimento da Informação Escrita do Presidente da Câmara Municipal sobre a recente Atividade Municipal. -----

Ponto 4.2 - Processo n.º 1104/2026: Apreciação e aprovação da Proposta para o Estatuto Remuneratório do Coordenador Municipal de Proteção Civil. -----

O **Sr. Presidente da Mesa** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para prestar esclarecimentos sobre este Ponto. -----

Sr. Presidente da Câmara -----

Sobre este ponto, referiu que, há três anos, foi criado o Gabinete Municipal de Proteção Civil e que, à data, o Presidente em exercício entendeu não atribuir a compensação prevista na lei, por se tratar de um serviço novo e por considerar



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

necessário avaliar, ao longo do tempo, a forma como o trabalho desenvolvido se efetivava na prática, as dinâmicas de relacionamento entre os vários intervenientes e o funcionamento global do serviço. -----

Acrescentou que, volvidos três anos, a avaliação que faz do desempenho do Coordenador Municipal de Proteção Civil é bastante positiva. Referiu ainda não ter dúvidas de que a perceção dos Srs. Presidentes de Junta relativamente ao trabalho desenvolvido pela Proteção Civil é igualmente positiva. Por isso, considera importante a aprovação do ponto em apreciação. -----

Abertas as inscrições, interveio a **Sra. Deputada Municipal Conceição Constanço**, a qual tomou a palavra para expor uma reflexão sobre o ponto em apreciação, referindo que a sua análise não se prendia com a legalidade da proposta, mas antes com a sua justiça e fundamentação, defendendo que as decisões dos órgãos autárquicos devem ser orientadas pelo interesse público e pela responsabilidade perante os munícipes. -----

Sustentou que a equiparação do Coordenador do Gabinete Municipal de Proteção Civil a dirigente pode ser legalmente admissível, mas não é obrigatória nem, no seu entendimento, necessária. Referiu ainda que, na maioria dos municípios do distrito, não são atribuídas despesas de representação em situações semelhantes, ressalvando o caso de Almeida, onde existe uma estrutura orgânica distinta, integrada por uma divisão formal dirigida por um chefe de divisão, recrutado através de concurso público. -----

Considerou que a proposta atribui benefícios equiparáveis aos de um dirigente a um cargo que não possui o mesmo enquadramento, grau de exigência ou processo de recrutamento, questionando a posição hierárquica do gabinete, a sua dimensão e os recursos humanos afetos ao mesmo. -----

Acrescentou que as despesas de representação não devem constituir um complemento remuneratório, destinando-se antes a compensar funções em que a representação institucional assume carácter permanente e relevante. Defendeu que, no caso do Gabinete da Proteção Civil (um gabinete técnico), a



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

representação institucional se encontra essencialmente cometida ao Presidente da Câmara, não identificando qualquer necessidade objetiva que justifique o encargo proposto nem qualquer benefício acrescido para o serviço público prestado. -----

Por último, manifestou a sua discordância com a proposta, considerando que a mesma se trata de um evidente favorecimento (vulgarmente designado de “tacho”), politicamente injustificável e financeiramente desnecessária. Nesse sentido, informou que os Deputados Municipais do Partido Socialista não acompanhariam a sua aprovação. -----

O **Sr. Presidente da Mesa** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para prestar esclarecimento sobre a intervenção da Sra. Deputada Municipal. -----

Sr. Presidente da Câmara -----

Sobre a intervenção da **Sra. Deputada Municipal Conceição Constanço**, manifestou surpresa pela posição assumida pela mesma, recordando a posição dos Srs. Vereadores do Partido Socialista aquando da apreciação da proposta em reunião de Câmara, referindo que estes entenderam não dispor de elementos suficientes para avaliar a pertinência da medida, motivo pelo qual optaram pela abstenção. -----

Acrescentou que o cargo em causa corresponde a uma nomeação legalmente prevista e enquadrada, revestindo-se de particular importância para o Município. Reconheceu que o Gabinete Municipal de Proteção Civil não dispõe atualmente de um número elevado de trabalhadores, mas salientou a evolução prevista para aquela estrutura e o reforço das suas competências e recursos humanos no futuro, designadamente em áreas como a causa animal e a entrada em funcionamento do canil municipal, que implicará a afetação de diversos trabalhadores e técnicos especializados. -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Considerou ainda inadequada a utilização da expressão “tacho” para qualificar uma nomeação legalmente prevista, defendendo que o debate político deve decorrer com respeito institucional e rigor na linguagem utilizada. -----

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, deliberou aprovar, por maioria, com vinte votos a favor, quatro abstenções e cinco votos contra, o Estatuto Remuneratório do Coordenador Municipal de Proteção Civil. -----

Ponto 4.3 - Processo n.º 1555/2026: Apreciação e votação da Proposta de Revogação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências entre o Município e a Freguesia de Numão. -----

O **Sr. Presidente da Mesa** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para prestar esclarecimentos sobre este Ponto. -----

Sr. Presidente da Câmara -----

Relativamente a este ponto, informou que o contrato em causa havia sido celebrado entre o Município e a Freguesia de Numão, no âmbito do funcionamento do Centro Interpretativo. Referiu ainda que o referido instrumento contratual já contava com alguns anos de vigência e se encontrava desajustado à realidade atual, não correspondendo igualmente às intenções manifestadas pelo Sr. Presidente da Junta de Freguesia de Numão. Nesse sentido, propôs a revogação do referido contrato, de forma a possibilitar o início de um novo procedimento que permita estabelecer um modelo de apoio à Junta de Freguesia mais adequado às necessidades atuais e aos custos inerentes ao funcionamento daquele equipamento. -----

Abertas as inscrições, não houve intervenções dos Srs. Deputados Municipais.



**MUNICÍPIO
DE VILA NOVA DE FOZ CÔA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, deliberou aprovar, por maioria, com vinte e um votos a favor e oito abstenções, a Proposta de Revogação do Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências, relativo ao Centro Interpretativo de Numão, entre o Município e a Freguesia de Numão. -----

Ponto 4.4 - Processo n.º 2165/2026: Conhecimento do Relatório de Gestão e Contas de 2025 da Ribeira da Teja, Produção de Energia Elétrica, E.M. Lda. ---

O **Sr. Presidente da Mesa** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para prestar esclarecimentos sobre este Ponto. -----

Sr. Presidente da Câmara -----

Sobre este ponto, referiu que se trata apenas de um ponto para conhecimento, encontrando-se no documento enviado antecipadamente aos Srs. Deputados explanados os resultados da Ribeira da Teja referentes ao exercício de dois mil e vinte e cinco. -----

Destacou que a entidade registou um resultado líquido positivo de cerca de dois vírgula dois milhões de euros, valor superior ao um vírgula sete milhões de euros alcançados no ano anterior. Saliu que estes resultados estão fortemente condicionados pela quantidade de precipitação registada ao longo do ano, bem como pelas necessidades de intervenção e manutenção dos equipamentos. Acrescentou que dois mil e vinte e cinco constituiu um ano particularmente positivo, tendo sido atingida uma produção de 28,4 GWh (gigawatts-hora), resultado que atribuiu também à gestão efetuada daquela infraestrutura. Concluiu, mostrando-se disponível para prestar os esclarecimentos adicionais que os Srs. Deputados entendessem por convenientes. -----

Abertas as inscrições, não houve intervenções dos Srs. Deputados Municipais.



**MUNICÍPIO
DE VILA NOVA DE FOZ CÔA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório de Gestão e Contas de 2025 da Ribeira da Teja, Produção de Energia Elétrica, E.M. Lda. -----

Ponto 4.5 - Processo n.º 2213/2026: Apreciação do Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva avaliação, relativo ao ano de 2025. -----

O **Sr. Presidente da Mesa** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para prestar esclarecimentos sobre este Ponto. -----

Sr. Presidente da Câmara -----

Relativamente a este ponto, referiu que o documento em apreciação corresponde ao inventário dos bens do Município, encontrando-se nele discriminados os respetivos bens patrimoniais. Esclareceu que a sua apresentação à Assembleia Municipal decorre de uma imposição legal. Concluiu, mostrando-se disponível para prestar os esclarecimentos que os Srs. Deputados entendessem por convenientes. -----

Abertas as inscrições, não houve intervenções dos Srs. Deputados Municipais.

A Assembleia Municipal apreciou o Inventário dos Bens, Direitos e Obrigações Patrimoniais e respetiva avaliação, relativo ao ano de 2025. ---

Ponto 4.6 - Processo n.º 2263/2026: Apreciação e votação da Proposta para Redução Excepcional de 50% nas Taxas de Ocupação de Espaço Público para o Ano de 2026 – Regulamento n.º 180/2025 (Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas do Município de Vila Nova de Foz Côa). -----

O **Sr. Presidente da Mesa** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para prestar esclarecimentos sobre este Ponto. -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Sr. Presidente da Câmara -----

Sobre este ponto, referiu que a proposta em apreciação surge na sequência de algumas dificuldades que se têm vindo a verificar na ocupação do espaço público por parte dos comerciantes. Explicou que, embora o Regulamento de Taxas tenha sido atualizado há cerca de dois anos, a sua aplicação prática revelou constrangimentos, nomeadamente ao nível da fiscalização das áreas efetivamente licenciadas. Acrescentou que, com frequência, se verificavam situações em que os titulares das licenças ocupavam áreas superiores às autorizadas, beneficiando de alguma flexibilidade na sua utilização. Considerou que esta realidade dificultava a atuação do fiscal municipal, sobretudo quando se tornava necessário exigir o cumprimento rigoroso das condições licenciadas. Referiu que, perante esta situação, o Município entendeu assumir formalmente uma redução de 50% das taxas aplicáveis, aproximando os valores cobrados à realidade que vinha sendo praticada, mas garantindo simultaneamente que os serviços de fiscalização dispõem das condições necessárias para exigir o estrito cumprimento das áreas licenciadas. Sublinhou que a medida permite clarificar regras e reforçar a capacidade de fiscalização municipal, assegurando que cada comerciante ocupa apenas a área para a qual se encontra licenciado. Por último, salientou que a proposta se enquadra igualmente nas medidas de apoio ao comércio local, contribuindo para mitigar os efeitos do aumento dos custos de contexto e da subida do custo de vida. -----

Abertas as inscrições, interveio o **Sr. Deputado Municipal Alexandre Oliveira**, o qual destacou que a aplicação automática da redução proposta resultou de uma sugestão apresentada pelos Vereadores do Partido Socialista, evitando a necessidade de apresentação de requerimento dirigido ao Sr. Presidente da Câmara e facilitando, dessa forma, o acesso dos comerciantes ao benefício previsto. Manifestou concordância com a medida proposta, considerando, contudo, que a redução poderia ser mais abrangente do que os 50% previstos,



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

atendendo ao contexto de aumento generalizado dos custos de atividade, em particular dos custos energéticos. -----

Acrescentou ainda que o Município deveria ponderar a adoção de medidas complementares de apoio a outros setores de atividade, designadamente aos agricultores e às IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social), por forma a mitigar os impactos decorrentes do aumento dos custos energéticos e dos combustíveis. Concluiu referindo que a implementação de apoios dirigidos a estes setores demonstraria um sinal de preocupação do Município não apenas para com os comerciantes, mas também para com outras atividades económicas e entidades com relevante intervenção social no concelho. -----

O **Sr. Presidente da Mesa** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para prestar esclarecimentos sobre a intervenção do Sr. Deputado Municipal. -----

Sr. Presidente da Câmara -----

Sobre a intervenção do **Sr. Deputado Municipal Alexandre Oliveira**, disse que a aplicação automática da redução não resultou exclusivamente da proposta apresentada pelos Vereadores do Partido Socialista. Referiu que o Município já se encontrava a preparar uma proposta de redução das taxas e que, por essa razão, tinha sido transmitida aos potenciais interessados a indicação de que aguardassem pela sua aprovação antes de procederem ao licenciamento. -----

Acrescentou que apenas um comerciante havia solicitado a respetiva licença, circunstância que facilitou a aplicação automática da redução aprovada, sem necessidade de apresentação de qualquer pedido adicional. Concluiu referindo que foi neste contexto que se optou pela aplicação automática da medida. -----

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, deliberou aprovar, por unanimidade, a Redução Excepcional de 50% nas Taxas de Ocupação de Espaço Público para o Ano de 2026 – Regulamento n.º 180/2025



**MUNICÍPIO
DE VILA NOVA DE FOZ CÔA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

(Regulamento de Liquidação e Cobrança de Taxas do Município de Vila Nova de Foz Côa). -----

Ponto 4.7 - Processo n.º 2241/2026: Apreciação e votação da Proposta da Segunda Alteração Modificativa da: -----

- a) Despesa; -----
- b) Plano de Atividades Municipais; -----
- c) Plano Plurianual de Investimentos. -----

Por indicação do **Sr. Presidente da Mesa**, o ponto foi apreciado em conjunto, mas votado em separado. -----

O **Sr. Presidente da Mesa** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para prestar esclarecimentos sobre este Ponto. -----

Sr. Presidente da Câmara -----

Sobre este ponto, destacou as duas alterações que considerou mais relevantes na proposta em apreciação. A primeira, respeitante ao equipamento destinado à escola. Referiu que estava inicialmente prevista a sua aquisição no próximo ano; contudo, face à incerteza associada à transição entre quadros comunitários de financiamento e à ausência de garantias quanto ao lançamento do respetivo concurso, o Município entendeu antecipar a previsão da verba, de forma a assegurar a disponibilidade financeira necessária, caso se revele conveniente proceder à aquisição do equipamento mais cedo do que inicialmente previsto. A segunda, relacionada com a intervenção na Igreja Matriz de Vila Nova de Foz Côa. Referiu que a dotação financeira já havia sido reforçada no final do ano anterior, mas que a complexidade técnica e procedimental do concurso público, distinta daquela com que os serviços municipais habitualmente trabalham, implicou um ajustamento do calendário de execução da empreitada. Nesse sentido, tornou-se necessário reprogramar a execução financeira da obra, contemplando a respetiva verba nos anos



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

subsequentes (até dois mil e vinte e oito), em função da evolução do procedimento e da previsão de início dos trabalhos. -----

Concluiu, referindo que estas constituem as alterações mais significativas constantes da proposta apresentada. -----

Abertas as inscrições, interveio a **Sra. Deputada Municipal Conceição Constanço**, a qual manifestou a sua preocupação relativamente às alterações modificativas ao orçamento, considerando que as mesmas revelam uma insuficiente prioridade atribuída ao investimento em infraestruturas essenciais, designadamente nas áreas do abastecimento de água e do saneamento. Recordou que, em anterior sessão da Assembleia Municipal, o Sr. Presidente da Câmara havia reconhecido a existência de infraestruturas envelhecidas em diversas localidades do concelho, nomeadamente em Numão, Cedovim, Custóias e Castelo Melhor, questionando se existe monitorização regular da qualidade dos solos e das águas subterrâneas nas imediações das ETAR e fossas existentes. -----

Relativamente ao abastecimento de água, solicitou esclarecimentos sobre o estado das redes de distribuição e das condutas adutoras do concelho, designadamente quanto aos pontos críticos identificados, às intervenções já executadas, às que se encontram por realizar e às previstas a curto e médio prazo. Questionou igualmente o estado do projeto de remodelação da conduta adutora e da ETA do Pocinho. -----

Referiu ainda que, da análise da alteração orçamental proposta, resulta uma redução das verbas afetas ao saneamento e à ampliação e remodelação de infraestruturas, circunstância que considerou contraditória com as necessidades anteriormente identificadas pelo próprio Executivo. Nesse sentido, questionou de que forma estas reduções orçamentais são compatíveis com as intervenções consideradas necessárias, quais os investimentos que deixam de ser realizados em consequência dessas opções e de que modo o



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Município garante que tais decisões não comprometem a proteção da saúde pública, a qualidade ambiental e a segurança das populações. -----

O **Sr. Presidente da Mesa** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para prestar esclarecimentos sobre a intervenção da Sra. Deputada Municipal. -----

Sr. Presidente da Câmara -----

Em resposta às questões colocadas pela **Sra. Deputada Municipal Conceição Constanço**, referiu que o Executivo tem definido o seu plano de investimentos e as respetivas prioridades de intervenção, conforme já anteriormente apresentado à Assembleia Municipal. -----

Esclareceu que a redução de verbas em determinadas rubricas relacionadas com o saneamento e a renovação de infraestruturas não significa o abandono dos investimentos previstos, mas resulta do estado de desenvolvimento dos respetivos projetos. Referiu que foi efetuado o levantamento da rede na cidade de Foz Côa e que se encontra em curso a contratualização do projeto necessário para alargar esse trabalho ao restante concelho, salientando que apenas após a conclusão dessa fase será possível avançar para a execução das obras. -----

Acrescentou ainda que o orçamento municipal constitui um instrumento dinâmico, sendo as dotações ajustadas em função da evolução dos projetos e da capacidade de execução dos investimentos. -----

Sublinhou ainda que as intervenções ao nível da renovação das condutas se encontram frequentemente associadas às obras de repavimentação, sendo prática do Município proceder à substituição das infraestruturas sempre que sejam realizadas intervenções na via pública. Como exemplo, referiu uma empreitada de repavimentação em Castelo Melhor, já adjudicada, no âmbito da qual está prevista a renovação das respetivas condutas. -----

Reconheceu que subsistem necessidades significativas nesta área e admitiu a existência de situações, designadamente na cidade de Foz Côa e em algumas



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

freguesias, em que ainda existem fossas não ligadas à rede geral de saneamento, considerando que a resolução dessas situações constitui uma prioridade para o Executivo. -----

Relativamente à ETA do Pocinho, informou que se encontra em preparação o projeto para a sua renovação integral, não sendo ainda possível indicar uma data para o início da obra. Acrescentou, contudo, que será contratualizado um serviço de recloração e tratamento da água, com o objetivo de minimizar a ocorrência de situações semelhantes à verificada no início do ano. -----

Por fim, esclareceu que as condutas adutoras integram o sistema de abastecimento em alta, cuja responsabilidade cabe às Águas do Norte, competindo ao Município apenas a gestão do sistema em baixa. -----

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, deliberou aprovar, por maioria, com vinte votos a favor, três abstenções e seis votos contra, a Segunda Alteração Modificativa da Despesa. -----

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, deliberou aprovar, por maioria, com vinte votos a favor, três abstenções e seis votos contra, a Segunda Alteração Modificativa do Plano de Atividades Municipais. -----

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, deliberou aprovar, por maioria, com vinte votos a favor, três abstenções e seis votos contra, a Segunda Alteração Modificativa do Plano Plurianual de Investimentos. -----

Ponto 4.8 - Processo n.º 2425/2026: Apreciação e votação dos documentos de Prestação de Contas Individual do ano económico de 2025 – Relatório de Gestão Individual e Demonstrações Financeiras Individuais. -----

Juntamente com: -----

a) Certificação Legal das Contas e Parecer do Auditor Externo relativo ao período de 2025; -----

b) Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas; -----



**MUNICÍPIO
DE VILA NOVA DE FOZ CÔA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

c) Relatório Anual de Conclusões e Recomendações de Auditoria. -----

O **Sr. Presidente da Mesa** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para prestar esclarecimentos sobre este Ponto. -----

O **Sr. Presidente da Câmara**, após permissão do Sr. Presidente da Mesa, fez uma exposição formal aos Srs. Deputados Municipais, através da apresentação de um Powerpoint®. -----

A referida apresentação encontra-se anexada à presente ata. -----

Abertas as inscrições, interveio a **Sra. Deputada Municipal Conceição Constanço**, a qual centrou a sua intervenção sobre o Relatório Integrado de Gestão e Atividades, referindo que pretendia destacar alguns dados que considerou particularmente relevantes, nomeadamente os relacionados com o turismo e a procura turística no concelho. Com base nos dados constantes do relatório, considerou ser possível efetuar uma análise clara da evolução da procura turística durante o ano de 2025, sobretudo através da comparação entre o Centro de Informação Turística (CIT), situado na cidade e o Posto de Turismo do Pocinho. -----

Referiu que, da análise dos dados, se constata que, mesmo durante a época baixa, o número de visitantes que recorreram ao Posto de Turismo do Pocinho foi, em regra, superior ao registado no CIT. Saliu ainda que, em agosto de 2025, o número de visitantes registados no Posto de Turismo do Pocinho foi quase o dobro do registado no CIT. -----

Observou ainda que, nos meses em que o turismo no concelho regista maior crescimento, designadamente nos meses de março, julho, setembro e, sobretudo, agosto, o CIT não parece captar uma parte significativa desses visitantes. Destacou igualmente a procura por parte de turistas internacionais, cuja presença, contrariamente aos turistas nacionais, se mantém constante ao longo do ano. -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Relativamente ao número de visitantes do CIT, assinalou que os dados revelam uma tendência decrescente, tendo sido registados quatro mil, trezentos e oitenta visitantes em 2023; três mil, seiscentos e oitenta e nove visitantes em 2024; e dois mil, novecentos e sessenta e dois visitantes em 2025. Sobre estes dados e a evidente diminuição significativa de visitantes, questionou o Executivo se existe alguma explicação para essa realidade. ----- Por outro lado, referiu que o Posto de Turismo do Pocinho registou, em 2025, um total de cinco mil, duzentos e quarenta e sete visitantes, o que, na sua opinião, demonstra que a aposta no Posto de Turismo do Pocinho se revelou claramente positiva. No entanto, considerou que a existência daquele novo polo turístico cria também novas exigências e responsabilidades, uma vez que uma parte substancial dos visitantes que chegaram ao Pocinho não prosseguiu depois para a cidade de Foz Côa, o que representou uma perda de potencial económico, cultural e turístico para o concelho. Defendeu, por isso, a necessidade de uma estratégia mais ativa de captação e redistribuição dos fluxos turísticos, considerando pertinente a criação de um serviço de transporte de ligação entre o Pocinho e a cidade, pelo menos durante a época alta e aos fins-de-semana, embora reconhecendo que o Executivo já se encontraria a desenvolver trabalho nessa matéria. ----- De seguida, debruçou-se sobre a embarcação Senhora da Veiga, referindo que, com base dos dados do relatório, a sua atividade decorreu entre quinze de março e outubro de 2025, correspondendo a cerca de duzentos e trinta dias potenciais de operação, tendo, contudo, realizado apenas quarenta e uma viagens, o que representava cerca de dezassete por cento dos dias disponíveis. Acrescentou ainda que, sendo habitualmente realizado apenas um cruzeiro por dia, apesar de considerar existir capacidade para a realização de dois, solicitou esclarecimentos sobre as funções desempenhadas pelo mestre e pela restante tripulação nos períodos em que a embarcação não se encontra em operação turística. Questionou igualmente quais as medidas concretas que se pretendem implementar para promover a embarcação e aumentar a sua



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

procura, bem como em que períodos se realiza a manutenção da mesma e se essa manutenção ocorre durante a época turística, reduzindo a sua disponibilidade operacional. Perguntou ainda quantas das quarenta e uma viagens realizadas corresponderam efetivamente a atividade turística e quantas foram efetuadas para promoção institucional do Município ou participação em eventos oficiais, considerando que, caso uma parte significativa dessas viagens fossem realizadas a pedido da Câmara Municipal, o número de viagens turísticas efetivas teria sido ainda mais reduzido. Saliu a necessidade de uma promoção mais integrada da embarcação Senhora da Veiga, através da sua inclusão em pacotes turísticos que articulem cruzeiros com visitas a museus, percursos guiados, experiências de enoturismo e restauração local, acompanhada por uma estratégia de promoção digital e de articulação com operadores turísticos. -----

Por último, sugeriu ainda uma aposta em eventos atrativos fora da época de verão, com o objetivo de aumentar a procura durante os períodos de menor afluência, o reforço da promoção turística internacional e a criação de ofertas específicas para a época baixa, nomeadamente na área do enoturismo. Referiu também a importância da implementação de um plano de requalificação e valorização paisagística do Pocinho, incluindo a requalificação da zona ribeirinha e o reforço dos polos de interesse turístico no centro urbano de Foz Côa, de forma a potenciar a atratividade do concelho e a permanência dos visitantes. -----

Terminou, referindo que Foz Côa é *“um diamante em bruto que precisa de ser mais lapidado”*. -----

De seguida, interveio o **Sr. Deputado Municipal Luís Rebelo**, o qual, na sua intervenção, considerou que o documento em apreciação evidencia uma governação municipal pautada pelo rigor, responsabilidade e orientação estratégica. Destacou, desde logo, o cumprimento do princípio do equilíbrio orçamental, referindo que a receita corrente não só cobriu a despesa corrente



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

como gerou uma margem positiva de cerca de um vírgula seis milhões de euros, o que, na sua opinião, constitui um sinal de sustentabilidade financeira e de gestão disciplinada. -----

Relativamente à execução orçamental, salientou a taxa de execução da receita, na ordem dos oitenta e seis por cento, considerando que a mesma demonstra que o orçamento havia sido elaborado com realismo e executado com eficácia. Quanto à execução da despesa, situada nos sessenta e um por cento, entendeu que a mesma reflete controlo, prudência e capacidade de gestão num contexto exigente. -----

Referiu ainda que a taxa de execução do Plano Plurianual de Investimentos, situada nos trinta e quatro vírgula nove por cento, ascende a trinta e seis vírgula sessenta e nove por cento, quando consideradas as transferências de capital. Sobre esta taxa, referiu ainda que a mesma não deveria ser analisada isoladamente, uma vez que muitos investimentos dependem de financiamentos comunitários, procedimentos administrativos complexos e outros fatores externos que condicionam a sua concretização. Apesar disso, salientou que o investimento realizado no concelho ultrapassava os quatro vírgula seis milhões de euros, traduzindo um esforço significativo e consistente. -----

No que respeita à estrutura da receita municipal, reconheceu o peso das transferências do Orçamento do Estado, considerando, contudo, que tal corresponde à realidade estrutural do poder local em Portugal, valorizando a capacidade do Executivo para complementar essas verbas através da captação de fundos comunitários e da gestão eficiente dos recursos disponíveis. -----

Quanto à despesa, destacou o equilíbrio existente entre as diversas rubricas, nomeadamente despesas com pessoal, aquisição de bens e serviços e investimento, entendendo que tal permite assegurar a qualidade dos serviços prestados à população sem comprometer o rigor financeiro. -----

Salientou igualmente diversos indicadores financeiros positivos, designadamente os níveis de endividamento controlados, o cumprimento dos



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

prazos de pagamento e a existência de uma posição financeira equilibrada, considerando-os sinais de credibilidade institucional e de boa gestão. -----

Enquadrando a análise no contexto económico nacional e internacional, referiu que, apesar das incertezas e desafios existentes, o Município consegue manter a estabilidade financeira e reforçar a sua capacidade de intervenção. -----

Considerou que os resultados alcançados não eram fruto do acaso, mas antes consequência de decisões políticas responsáveis, de uma estratégia consistente e de uma liderança capaz de definir prioridades, entendendo que o Executivo Municipal tem motivos para encarar com tranquilidade o trabalho desenvolvido. -----

Prosseguindo a sua intervenção, destacou que o relatório evidencia igualmente um Município ativo, próximo das populações e comprometido com a coesão social. Referiu o acompanhamento prestado a diversas famílias através de respostas sociais, apoios de emergência, programas de apoio alimentar e medidas de inclusão social. -----

Na área da saúde, salientou o projeto “Saúde Sobre Rodas”, referindo os milhares de atendimentos realizados ao longo do ano e o seu contributo para a promoção da proximidade e do acesso aos cuidados de saúde. -----

No domínio da educação, valorizou a continuidade da aposta municipal na promoção da igualdade de oportunidades e do sucesso educativo, mesmo num período marcado pela requalificação das infraestruturas escolares, destacando o reforço das atividades de apoio às famílias, das atividades de enriquecimento curricular e de outros projetos educativos. -----

Destacou igualmente o trabalho desenvolvido no acompanhamento e integração da população migrante, considerando que o Município tinha sabido adaptar-se às novas dinâmicas sociais e contribuir para uma comunidade mais inclusiva e coesa. -----

Relativamente às políticas de habitação e ação social, referiu os avanços registados na implementação da Estratégia Local de Habitação e as respostas asseguradas a famílias em situação de vulnerabilidade. Salientou ainda a



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

atenção dedicada à população sénior, através de iniciativas de envelhecimento ativo, programas de proximidade e do reforço do programa de teleassistência, cujo número de dispositivos aumentou de vinte e oito para quarenta e seis. ---- Por fim, destacou a intervenção municipal nas áreas da cultura, desporto, turismo, ambiente e empreendedorismo, bem como a realização de diversos eventos de relevância para a promoção do território, referindo, entre outros, o Foz Côa Douro Trail, o Campeonato Europeu de Autocross, o Côa Culto, o Festival do Vinho e o Côa Summer Fest. -----

Concluiu afirmando que o relatório demonstra a existência de um Município presente, conhecedor do território e das suas necessidades, que planeia, investe, apoia e procura soluções para os desafios da população. Considerou ainda que o documento demonstra o trabalho consistente, uma estratégia clara e um compromisso efetivo com o desenvolvimento do concelho e com a melhoria da qualidade de vida dos seus habitantes, entendendo, por isso, que o trabalho desenvolvido merece reconhecimento e valorização. -----

Interveio ainda o **Sr. Deputado Municipal Paulo Fortuna**, o qual se debruçou sobre o saldo negativo apresentado pelo Sr. Presidente de Câmara na sua apresentação. Sobre este assunto, observou que se verificou uma redução da despesa associada a eventos de menor dimensão, opção com a qual manifestou concordância, defendendo uma maior concentração de recursos em iniciativas de maior impacto e relevância para o concelho. Contudo, observou igualmente que os encargos com contratos de prestação de serviços registaram um aumento significativo, sugerindo que também essa área pudesse ser objeto de uma análise mais aprofundada e de eventuais medidas de contenção da despesa. -----

De seguida, entregou na Mesa, em nome do Grupo Municipal do PS, um **Requerimento**, subscrito pelo próprio, intitulado **“Requerimento de Pedido de Informação e Esclarecimento sobre o estado de execução das obras no Agrupamento de Escolas Tenente-Coronel Adão Carrapatoso e risco de**



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

perda de fundos do PRR”, solicitando ao Sr. Presidente da Mesa a inclusão do referido requerimento na Ordem de Trabalhos da sessão ordinária. -----

De seguida, o **Sr. Deputado Municipal Nuno Saldanha** apresentou uma interpelação à Mesa relativamente ao Requerimento submetido pelo Grupo Municipal do PS, por considerar que o mesmo não se enquadrava no Ponto em apreciação. -----

De seguida, interveio o **Sr. Deputado Municipal Paulo Fortuna**, para Defesa da Honra, referindo que aguardou pela sua intervenção, sem solicitar previamente o uso da palavra, por consideração aos restantes membros da Assembleia. -----

Interveio ainda o **Sr. Deputado Municipal Nuno Saldanha**, para Defesa da Honra, afirmando que a intervenção efetuada teve como único propósito contribuir para o bom andamento dos trabalhos da Assembleia Municipal. Acrescentou ainda que a proposta apresentada deveria, no seu entendimento, ter sido submetida no Período Antes da Ordem do Dia, em conformidade com as disposições regimentais aplicáveis. Nesse sentido, dirigindo-se ao Sr. Presidente da Mesa, observou que, caso assim o entendesse e ao abrigo do respetivo Regimento, poderia optar por não submeter a referida proposta a votação. -----

De seguida, o **Sr. Presidente da Mesa** leu o Requerimento entregue pelo Sr. Deputado Municipal Paulo Fortuna, em representação do Grupo Municipal do PS, intitulado “*Requerimento de Pedido de Informação e Esclarecimento sobre o estado de execução das obras no Agrupamento de Escolas Tenente-Coronel Adão Carrapatoso e risco de perda de fundos do PRR*”. Sobre este assunto, informou ainda os Srs. Deputados Municipais de que já havia sido apresentado um requerimento no mesmo sentido, pelo Sr. Deputado Municipal Alexandre



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Oliveira, o qual já tinha sido, entretanto, encaminhado ao Sr. Presidente da Câmara, para os devidos esclarecimentos. -----

De seguida, o **Sr. Presidente da Mesa** colocou à votação da Assembleia Municipal a introdução do referido Requerimento na Ordem de Trabalhos da sessão ordinária, o qual foi aprovado, por maioria, com vinte e oito votos a favor e uma abstenção. -----

Sobre este Ponto, o **Sr. Presidente da Mesa** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para prestar os devidos esclarecimentos, designadamente quanto à possibilidade de solicitar uma reunião com o empreiteiro, na qual pudessem participar os Deputados Municipais que a Assembleia designasse. -----

Sr. Presidente da Câmara -----

Relativamente à realização da reunião proposta, referiu não ter qualquer objeção à sua concretização, considerando que, caso a mesma possa trazer contributos positivos para o processo em causa, não existem razões para a impedir. Saliu ainda que, tal como havia referido em intervenção anterior, participa regularmente em reuniões periódicas com objetivos semelhantes, razão pela qual não vê qualquer inconveniente na realização da referida reunião. -----

Abertas as inscrições, interveio o **Sr. Deputado Municipal Artur Ribeiro**, o qual referiu que, no seu entendimento, o acompanhamento da obra competia, em primeira linha, ao Sr. Presidente da Câmara Municipal, enquanto representante do Município, considerando que este detinha legitimidade para representar os interesses do concelho junto do empreiteiro. Nesse sentido, questionou se a realização de uma reunião nos termos propostos não poderia ser interpretada como uma manifestação de falta de confiança no papel desempenhado pelo Executivo Municipal. -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

De seguida, interveio o **Sr. Deputado Municipal Paulo Fortuna**, o qual, no decorrer da sua intervenção esclareceu que o objetivo da proposta apresentada era precisamente o contrário, pretendendo demonstrar ao empreiteiro que existe um interesse e empenho generalizados por parte dos órgãos municipais na rápida conclusão das obras da Escola Sede. ----- Acrescentou que a Assembleia Municipal, no exercício das suas competências de acompanhamento e fiscalização, tinha legitimidade para manifestar preocupação relativamente ao andamento da empreitada, considerando que a realização da reunião poderia contribuir para reforçar essa mensagem junto da entidade executante. -----

Por último, interveio o **Sr. Deputado Municipal Nuno Saldanha**, o qual considerou que nunca seriam excessivas as diligências efetuadas junto do empreiteiro, atendendo à importância da obra para o concelho. Referiu que esse acompanhamento poderia ser realizado quer pelos Deputados Municipais, quer pelo Executivo Municipal, a quem compete, em primeira linha, assegurar esse relacionamento. ----- Acrescentou que, no âmbito das competências da Assembleia Municipal e do respetivo poder de fiscalização, não vê qualquer objeção à realização da reunião proposta, reconhecendo a sua utilidade e mérito. Contudo, assinalou que, juntamente com outros três membros da Assembleia Municipal que, tal como ele, não integravam qualquer grupo municipal, se encontrava excluído do âmbito da proposta apresentada. Considerou que tal situação configurava uma desigualdade de tratamento entre os membros da Assembleia Municipal, por não contemplar a participação dos Deputados Municipais independentes. Esclareceu que a sua discordância não incidiu sobre o mérito da proposta, que reconheceu, mas antes sobre a exclusão dos Srs. Deputados Municipais independentes do âmbito da iniciativa. Defendeu, por isso, a retificação da proposta, de modo a garantir a participação de todos os membros da



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Assembleia Municipal que não se encontravam integrados em grupos municipais. -----

Nesta sequência, o **Sr. Presidente da Mesa** colocou à votação da Assembleia Municipal o Requerimento, entretanto retificado, o qual foi aprovado por unanimidade. -----

O referido requerimento foi encaminhado ao Executivo Municipal e encontra-se ainda anexado à presente ata. -----

De seguida, o **Sr. Presidente da Mesa** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para prestar esclarecimentos sobre as intervenções dos Srs. Deputados Municipais. -----

Sr. Presidente da Câmara -----

Relativamente à intervenção da **Sra. Deputada Municipal Conceição Constanço**, sobre os dados da procura turística e as diferenças verificadas entre o Centro de Informação Turística (na cidade) e o Posto de Turismo do Pocinho, começou por destacar a transparência com que o Executivo apresentou os dados constantes do relatório, referindo que os mesmos não se encontravam associados a qualquer sistema de registo obrigatório e que, ainda assim, foram divulgados tal como foram recolhidos, mesmo quando os resultados não correspondiam integralmente às expectativas do Executivo. -----
Explicou que a diferença entre os números registados nos dois equipamentos turísticos resulta, em grande medida, da sua localização e da forma como os visitantes foram contabilizados. Referiu que o Posto de Turismo do Pocinho se encontrava situado numa zona de passagem obrigatória para quem chega ou parte de comboio, sendo ainda frequentemente procurado por turistas que o confundem com uma bilheteira, fatores que, no seu entendimento, contribuíram para o número de atendimentos registados. -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Por outro lado, salientou que nem todos os turistas que visitam Foz Côa recorrem ao CIT da cidade. Acrescentou que uma parte significativa do trabalho desenvolvido pelos funcionários afetos ao CIT é realizada fora daquela instalação, o que também contribuiu para a redução do número de atendimentos presenciais naquele espaço. -----

Relativamente à embarcação Senhora da Veiga, esclareceu que existem diversos programas de cruzeiros tipificados, nomeadamente com destino a Barca d'Alva, Pinhão e Peso da Régua. Referiu ainda que, no mandato anterior, havia sido criado um novo programa turístico, mais acessível e com menores exigências ao nível do número de participantes, permitindo uma maior democratização do acesso à embarcação. Explicou que este programa funciona através de uma plataforma de reservas, estando previstos dois cruzeiros diários, os quais apenas se realizavam mediante a inscrição de um número mínimo de participantes (dez pessoas). Acrescentou que esta solução foi criada para permitir que a embarcação estivesse acessível a um maior número de visitantes, ultrapassando as limitações anteriormente existentes, que exigiam grupos numerosos e marcações efetuadas com grande antecedência. -----

No que respeitava à promoção da embarcação, referiu que a mesma é divulgada através do Centro de Informação Turística (CIT), da participação do Município em feiras e certames e de diversos suportes promocionais, incluindo outdoors dedicados à divulgação desta oferta turística. -----

Quanto ao período de funcionamento da embarcação, explicou que este decorre, normalmente, entre os meses de março ou abril e outubro, dependendo das condições de navegabilidade do rio e das autorizações necessárias. Informou que, no ano passado, a elevada precipitação registada durante o inverno condicionou o processo de deslocação da embarcação para doca seca, onde teria de realizar a vistoria obrigatória, atrasando o início da sua atividade. -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Relativamente aos recursos humanos afetos à embarcação, esclareceu que os funcionários desempenham diversas funções ao longo do ano, assegurando tarefas relacionadas com a operação da embarcação, o apoio aos postos de turismo de Foz Côa e do Pocinho e outras necessidades dos serviços municipais. Referiu, a título de exemplo, o apoio prestado no transporte de refeições para a Escola de Freixo de Numão e a colaboração em atividades do Centro de Alto Rendimento do Pocinho. Concluiu, esclarecendo que, sempre que a embarcação se encontra em funcionamento, os funcionários eram prioritariamente afetos a essa atividade, de forma a garantir a realização dos cruzeiros programados, sendo as restantes tarefas distribuídas em função da disponibilidade existente e da gestão dos respetivos horários de trabalho. -----

Sobre a intervenção do **Sr. Deputado Municipal Paulo Fortuna**, relativamente à questão dos contratos de prestação de serviços, manifestou concordância com as observações efetuadas, referindo que, durante a segunda metade do ano de dois mil e vinte e cinco e ao longo de dois mil e vinte e seis, o Município procedeu à não renovação da maioria dos contratos de prestação de serviços existentes. Acrescentou que essa decisão constituiu uma opção política da sua responsabilidade, a qual assumiu integralmente, apesar das dificuldades que daí resultaram para alguns serviços municipais. Reconheceu que essa estratégia provocou constrangimentos ao nível dos recursos humanos em determinados departamentos. -----

Informou ainda que a orientação transmitida aos serviços consistiu na não renovação dos contratos de prestação de serviços à medida que estes fossem terminando, privilegiando o recurso aos procedimentos concursais legalmente previstos para o recrutamento de pessoal. Referiu que os respetivos concursos se encontravam a decorrer e manifestou a expectativa de que os mesmos possam ser concluídos com a maior brevidade possível, de forma a colmatar as carências existentes em vários departamentos municipais. -----



**MUNICÍPIO
DE VILA NOVA DE FOZ CÔA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Relativamente à intervenção do **Sr. Deputado Municipal Nuno Saldanha**, disse não ter nada a acrescentar. -----

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, deliberou aprovar, por maioria, com dezanove votos a favor, três abstenções e seis votos contra, os documentos de Prestação de Contas Individual do ano económico de 2025 – Relatório de Gestão Individual e Demonstrações Financeiras Individuais. -----

Juntamente com: -----

- a) Certificação Legal das Contas e Parecer do Auditor Externo relativo ao período de 2025;** -----
- b) Relatório e Parecer do Revisor Oficial de Contas;** -----
- c) Relatório Anual de Conclusões e Recomendações de Auditoria.** -----

Ponto 4.9 - Processo n.º 2479/2026: Apreciação e votação da Proposta para Aplicação do Resultado Líquido do ano de 2025. -----

O **Sr. Presidente da Mesa** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para prestar esclarecimentos sobre este Ponto. -----

Sr. Presidente da Câmara -----

Sobre este ponto, referiu que já se havia pronunciado sobre o mesmo no ponto anterior, mostrando-se disponível para prestar os esclarecimentos necessários a qualquer questão ou dúvida que viessem a ser colocadas pelos Srs. Deputados Municipais. -----

Abertas as inscrições, não houve intervenções dos Srs. Deputados Municipais.

A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara, deliberou aprovar, por maioria, com vinte votos a favor e nove abstenções, a Proposta para Aplicação do Resultado Líquido do ano de 2025. -----



MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Ponto 4.10 - Processo n.º 4276/2024: Conhecimento do Relatório de Avaliação Anual do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas – Ano 2025. -----

O **Sr. Presidente da Mesa** deu a palavra ao Sr. Presidente da Câmara, para prestar esclarecimentos sobre este Ponto. -----

Sr. Presidente da Câmara -----

Relativamente a este ponto, esclareceu que o relatório em apreço era apresentado apenas para conhecimento, reportando-se à atividade do primeiro trimestre do ano. Referiu ainda que a sua apresentação à Assembleia Municipal constituía uma opção do Executivo, entendendo, contudo, que, em nome da transparência e da coerência com os princípios anteriormente defendidos, deveria o mesmo ser submetido ao conhecimento daquele órgão. Manifestou, por fim, total disponibilidade para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais que os Srs. Deputados Municipais entendessem solicitar. -----

Abertas as inscrições, interveio a **Sra. Deputada Municipal Cristina Moutinho**, a qual agradeceu a partilha do relatório com a Assembleia Municipal, considerando importante que os seus membros tenham conhecimento destas matérias. Referiu, ainda, que o documento contém um conjunto de recomendações finais e solicitou que, oportunamente, fosse prestada informação à Assembleia Municipal sobre o respetivo grau de implementação e acompanhamento. -----

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do Relatório de Avaliação Anual do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas – Ano 2025. -----



**MUNICÍPIO
DE VILA NOVA DE FOZ CÔA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL**

Encerramento da reunião: -----

Foi lavrada e lida a minuta da reunião pela Primeira Secretária da Mesa, a qual foi aprovada por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, foi declarado, pelo Sr. Presidente da Mesa, o encerramento da reunião às quinze horas e quinze minutos. -----

**O Presidente da Mesa,
FILIPE MANUEL FARTO PALAVRA**

**A Primeira Secretária,
MARILUZ PASSEIRA MARÇAL PASSEIRA**

**A Segunda Secretária,
JULIANA SOFIA RIBEIRO MELO PINTO**

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE





MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Tel. 279 760 400 * Fax 279 760 438 / 9 * e-mail: assembleia@cm-fozcoa.pt * www.cm-fozcoa.pt * NIF PT 506 829 197

**AUTO DE VERIFICAÇÃO DA IDENTIDADE
E LEGITIMIDADE DO ELEITO SUBSTITUTO**

Aos vinte e quatro dias de abril do ano de dois mil e vinte e seis, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, no início da sessão ordinária desta Assembleia Municipal, compareceu, perante o Presidente da Mesa com vista a integrar-se neste Órgão Autárquico, em substituição da Senhora Deputada Municipal Ana Helena Barbosa Fachada: ----

- **Cid Mickaël Moutinho Martinho**, de _____ anos de idade, filho de _____
e de _____
, natural _____ e residente em _____
, _____, portador do cartão de cidadão número _____,
válido até _____.

Verificada a identidade e legitimidade do titular, bem como a sua vontade em aceitar a substituição na presente sessão ordinária, o Presidente da Mesa, nos termos dos artigos 78º e 79º, da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de janeiro, declarou-o investido nas funções de Deputado Municipal na Assembleia Municipal de Vila Nova de Foz Côa. -----

O Presidente da Assembleia Municipal,

Filipe Manuel Farto Palavra

O Deputado Municipal Eleito,

Cid Mickaël Moutinho Martinho





MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE FOZ CÔA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Tel. 279 760 400 * Fax 279 760 438 / 9 * e-mail: correio@cm-fozcoa.pt * www.cm-fozcoa.pt * 5150-642 VILA NOVA DE FOZ CÔA * NIF PT 508 829 197

DECLARAÇÃO DE COMPROMISSO DE HONRA
ATO DE INVESTIDURA DE MEMBRO ELEITO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE VILA NOVA DE FOZ CÔA

Aos vinte e quatro dias de abril do ano de dois mil e vinte e seis, pelas nove horas e trinta minutos, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho, o eleito substituto para o órgão Assembleia Municipal de Vila Nova de Foz Côa, para o quadriénio 2025-2029, leu em voz alta, o seguinte compromisso de honra:

“Eu, abaixo assinado, afirmo solenemente pela minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas”.

O Eleito Presente
Cid Mickaël Moutinho Martinho





GRUPO MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FOZ COA

RECOMENDAÇÃO: Festas da Amendoeira em Flor com mais Identidade e Pessoas

Enquadramento: Temos vindo a alertar para o afastamento das Festas da Amendoeira em Flor da sua verdadeira identidade. Hoje, a festa pouco se distingue da dos concelhos vizinhos e arrisca-se a perder aquilo que a torna autêntica, uma preocupação já levantada pela vereadora do PS, Vera Carvalho, em reuniões de vereação.

Esta é a nossa festa! Valorizamos iniciativas como o Concurso da Partida da Amêndoa, as Montarias, o Douro Trail Adventure, a Caminhada das Amendoeiras nas Mós, o Desfile Etnográfico e a Abertura da Expocôa com a Banda Musical de Freixo. Mas torna-se essencial recentrar a Festa da Amendoeira em Flor naquilo que é a sua essência reforçando a sua ligação ao território, à produção local e às tradições que lhe dão sentido. Só assim será possível garantir a sua autenticidade e diferenciá-la de outros eventos

Objetivos: Valorizar a Produção Local e Reforçar identidade; Aumentar impacto económico ; Envolver escolas, associações e comunidade.

Propostas:

1)Menos cópias, mais identidade :

É essencial valorizar a ruralidade e toda a cidade deve celebrar, propomos abrir logo o 1º fim-de-semana da festa com música tradicional a percorrer as ruas: como o Rancho Folclórico ou os Fiarresgas , bombos e cabeçudos.

Criar o coração da festa no Parque com artistas locais (musica, teatro de rua, folclore) durante o dia, barracas tradicionais de artesanato e comes e bebes tradicionais, criando um ambiente mais comunitário.

Não permitir o excesso de barracas de jogos eletrónicos (como máquinas tipo box, gaming, etc.), privilegiando uma oferta mais equilibrada e alinhada com a identidade da festa.

Na ExpoCôa estariam concentrados os concertos, a restauração e stands. Aqui seriam mantidos os concertos, iguais aos de outras festas , que continuam a atrair público e devem manter-se no cartaz. A zona de restauração da Expocôa deve privilegiar exclusivamente a gastronomia local , com pratos como migas, omeletas de espargos ou acelgas, peixes do rio , o famoso "cozido à pobre" com enchidos impulsionado pela sra Maria parrica e sobretudo, confeções à base de amêndoa.

O comboio turístico funcionaria como transporte de ligação entre o Centro e a



Expoçôa, funcionando também como atração e incentivando à circulação contínua de pessoas.

2) Uma festa ligada à realidade local: Defendemos que a programação inclua um momento de conversa e reflexão com palestras e sessões, sobre temas importantes para o concelho e relacionados com esta festa, muito à semelhança das palestras que temos no Festival do Vinho, como por exemplo:

- O desaparecimento das amendoeiras tradicionais, o envelhecimento dos agricultores e o abandono agrícola,

- O valor da Amêndoa do Douro Superior DOP,

Os desafios e oportunidades do setor,

Modelos de Sucesso de Produção e Transformação.

A festa deve também servir para valorizar quem trabalha a terra.

3) Apostar no que é simples e genuíno:

Propomos várias iniciativas que aproximem as pessoas da amendoeira e das tradições locais como por ex:

Escolas: Envolvimento ativo das escolas e associações locais promovendo a realização de projetos multidisciplinares sobre o nosso património histórico no concelho, usos e costumes no tempo dos nossos avós ou concursos de artes plásticas e trabalhos inspirados no fruto, casca e flor, incentivando expressão artística e a educação ambiental. Os trabalhos desenvolvidos culminariam numa exposição final no Centro Cultural, valorizando o talento local.

Considera-se fundamental manter o Sarau escolar na programação enquanto momento privilegiado de participação das escolas e celebração da cultura local.

Mercado Municipal propõe-se a dinamização do Mercado Municipal através da realização de oficinas a decorrer em simultâneo, com pequenos grupos, abrangendo áreas como doces de amêndoa, licores, pão, queijo e sabão artesanal, o transformando este espaço num local vivo de experiências, aberto à comunidade e aos visitantes.

Paralelamente, poderá ser promovido um encontro intergeracional que una a população da 3.^a idade (mobilizada pelo município) aos alunos (envolvidos através das escolas), criando momentos significativos de troca de saberes e memórias. Atividades como jogos tradicionais, crochet, e outros ofícios tradicionais permitirão reforçar laços comunitários, valorizar o conhecimento dos mais velhos e contribuir para a preservação da identidade

Memórias Orais e Fotográficas em Exposição: Podemos também dar voz à memória do concelho através de um projeto vivo de recolha de histórias, entrevistas e fotografias antigas. Este material pode ganhar vida durante a festa, não só em exibição



nos ecrãs da ExpoCôa, mas também transformado em experiências imersivas: um teatro comunitário baseado em histórias reais, com a participação de alunos, associações, famílias e a Unisénior a ser exibido no Tablado ou Rua de S. Miguel.

Para os mais novos, a festa pode ser também aprendizagem e diversão: Nos fins-de-semana desportivos promover atividades dinâmicas como Peddy Papers pelo património (Freixo, Almendra, etc.) ou uma Caça ao Tesouro temática, convidando os miúdos e graúdos a descobrir a história e os recantos do concelho de forma lúdica e envolvente e criar a experiência “*Pequenos Agricultores por um Dia*”, onde possam contactar diretamente com a terra: semear, plantar, regar e colher, mas também visitar estufas, vinhas e amendoais, conhecer diferentes formas de cultivo, observar de perto o crescimento das plantas e compreender todo o processo, do campo ao produto final.

Biblioteca Municipal: com uma comunicação clara do género: “Entre o parque e os concertos passe na biblioteca” pensar numa “Hora do Conto” feita com histórias ligadas à nossa etnografia, um concurso de poemas ou adivinhas, uma Oficina de ilustração ou de encadernação artesanal..

Alojamentos e empresas locais a trabalhar em sintonia para criar experiências únicas, com pacotes que juntem estadia, gastronomia, piqueniques e percursos, uma área onde felizmente já se começa a notar evolução.

Porque quando a festa é vivida assim, fica na memória e chama as pessoas de volta.

4) Exposição dedicada à amêndoa: Durante a festa, porque não transformar o Centro Cultural num verdadeiro espaço de descoberta ? Uma exposição simples, mas apelativa, onde se explica:

- O fruto e todo o ciclo da amendoeira, da flor à colheita;
- Um calendário anual da vida agrícola, mostrando o trabalho ao longo do ano;
- Os vários tipos de amêndoa, a riqueza da gastronomia portuguesa ligada à amêndoa, do norte ao sul do país;
- A ligação às tradições e à memória coletiva, com alfaias agrícolas, fotografias antigas e pequenos textos

Uma exposição para todas as idades com visitas guiadas para as escolas.

5) Dar Visibilidade A festa deve ter também um momento estratégico. Propomos a criação de um Leilão Simbólico da Amêndoa, promovido pela Câmara e integrado na abertura da festa, onde cada amostra é apresentada com uma pequena história, real ou inventada, sobre a sua produção e origem. As “licitações”, a preços simbólicos criam um momento leve e descontraído que dá visibilidade aos produtores locais.

6) Uma festa pensada em conjunto : Propomos a criação de um pequeno Conselho



Consultivo da Festa, com um representante da autarquia, produtores, associações, escolas e IPSS, para ajudar a definir a programação e garantir continuidade e identidade, porque ano após ano a festa torna-se mais exigente.

7) Avaliar para melhorar:

O protocolo “Rota das Amendoeiras” é excelente. Mas não funciona a longo prazo, os poucos turistas que cativamos nas festas, nunca mais regressam porque não tem ligação do Pocinho a Foz Côa . Assegurar ligação o ano todo para rentabilizar as pessoas que conquistamos nesta altura.

Não há maneira de projetar sem investir, publicitar e pagar para passar em prime time ou difusão em direto de um dos momentos da festa num canal de televisão.

Por fim, defendemos que a festa seja avaliada não só pelo número de visitantes, mas também pelo impacto económico, pelo envolvimento da comunidade, pela presença dos produtores locais. A recolha simples de opiniões e dados permitirá melhorar a festa todos os anos.

Criar um “ponto de opinião” no recinto (um painel ou caixa) onde as pessoas deixam sugestões.

Vila NOva de Foz Côa, 24 Abril/2026





GRUPO MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FOZ COA

MOÇÃO DE APOIO "Pela pavimentação dos principais caminhos vicinais de acesso a propriedades agrícolas em cada uma das freguesias do concelho de Vila Nova de Foz Côa

Considerando que:

1. A rede de caminhos vicinais constitui um elemento essencial de apoio à atividade agrícola e ao desenvolvimento rural do concelho;
2. Muitos desses caminhos se encontram em estado de degradação, dificultando o acesso às propriedades, o escoamento da produção e a circulação de pessoas, máquinas e bens;
3. A melhoria das acessibilidades rurais contribui para a coesão territorial, a fixação de populações e o reforço da economia local;
4. As freguesias dispõem de um conhecimento direto das necessidades do território, sendo parceiros privilegiados na identificação e priorização das intervenções;
5. O reforço do investimento em infraestruturas rurais constitui uma prioridade para o desenvolvimento equilibrado do concelho;

Pretendemos:

1. Recomendar à Câmara Municipal a criação de um programa estruturado de pavimentação dos principais caminhos vicinais de acesso a propriedades agrícolas, abrangendo todas as freguesias do concelho;
2. Propor a sua realização de forma faseada nos próximos 4 anos;
3. Determinar que se estabeleçam critérios objetivos e transparentes para a seleção das intervenções, designadamente:
 - a. número de explorações agrícolas servidas;
 - b. relevância económica da produção;
 - c. estado de conservação dos caminhos;



d. impacto na segurança e acessibilidade;

4. Definir que a identificação dos caminhos prioritários seja efetuada por cada Junta de Freguesia, em articulação com o Município, atendendo ao seu conhecimento de proximidade do território;

5. Recomendar que este programa seja integrado nos instrumentos de planeamento e nos documentos previsionais do Município, garantindo a sua execução faseada e sustentada;

6. Reforçar o carácter urgente e estratégico desta intervenção, pela sua relevância para o setor agrícola e para o desenvolvimento económico do concelho;

Nestes termos, e ao abrigo das competências conferidas pelo Regimento desta Assembleia Municipal e pelo Regime Jurídico das Autarquias Locais, solicita-se a admissão da presente moção para discussão e votação, invocando o seu carácter relevante para o desenvolvimento económico e social do concelho.

Vila Nova de Foz Côa, 24 de abril de 2026

Os deputados Municipais do Partido Socialista



Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Vila Nova de Foz Côa

Assunto: Recomendação para a Elaboração de Projeto e Captação de Financiamento para a Criação de uma Unidade de Acolhimento de Autocaravanas.

Paulo Sérgio Cancela Fortuna, na qualidade de Deputado eleito pelo Partido Socialista parlamentar do Partido Socialista, vem, nos termos regimentais, apresentar a seguinte proposta de:

RECOMENDAÇÃO AO EXECUTIVO MUNICIPAL

Considerando que, a instalação de um Parque de Caravanismo moderno (ou Área de Serviço para Autocaravanas - ASA) não é apenas "dar um lugar para estacionar"; é uma estratégia de desenvolvimento local. Benefícios óbvios mais impactantes:

1. Combate à Sazonalidade (Turismo Todo o Ano)

Ao contrário do turismo de hotelaria tradicional, que regista o valor mais alto, na feira dos vinhos, nas festividades associadas às amendoeiras em flor, etc., os autocaravanistas viajam durante todo o ano.

Impacto: Garante movimento na cidade em meses de "época baixa" (novembro a fevereiro).

Público: Muitos são reformados europeus com poder de compra que procuram climas amenos e património cultural no inverno.

2. Dinamização do Comércio de Proximidade

O autocaravanista tem um perfil de consumo muito específico: ele não quer "tudo incluído", ele quer experiência local.

Restauração e Padarias: Consumo diário de produtos frescos e refeições fora.

Lojas de Conveniência: Abastecimento de mantimentos e gás.

Produtos Locais: É o público ideal para comprar o vinho do douro, o azeite e outros produtos regionais diretamente nos produtores do concelho de Vila Nova de Foz Côa.

3. Promoção do Património (UNESCO ao Quadrado)

Foz Côa tem o privilégio de ter dois selos da UNESCO (Arte Rupestre e Douro Vinhateiro).

Visibilidade: Um parque bem estruturado coloca a cidade nos roteiros e apps internacionais (como o Park4Night).

Fluxo para os Museus e outras ofertas turísticas: Facilita a fixação de turistas que, de outra forma, poderiam apenas passar de carro sem parar para visitar o Museu do Côa, fazer as visitas guiadas às gravuras e experienciar outras ofertas do nosso património local.

4. Sustentabilidade e Ordenamento do Território

Um dos grandes problemas das cidades pequenas é o estacionamento selvagem e o despejo indevido de resíduos.



Controlo: O parque canaliza o fluxo para um local próprio, com infraestruturas de saneamento adequadas.

Preservação: Evita que as margens do rio ou os miradouros fiquem degradados pelo campismo desordenado.

5. Baixo Investimento vs. Elevado Retorno

Comparado com a construção de um hotel, um parque de caravanismo exige um investimento municipal ou privado relativamente baixo.

Eficiência: Requer apenas terreno nivelado, pontos de água/luz e uma estação de serviço (ecoponto e despejos).

Retorno Indireto: O que o município deixa de ganhar em "dormidas" de hotel, ganha em impostos indiretos através do consumo no comércio local.

Proposta de Recomendação n.º 1/2026 – PS – Criação do Parque de Caravanismo

"Nestes termos, e ao abrigo das competências conferidas pelo Regimento desta Assembleia e pela Lei n.º 75/2013 (Regime Jurídico das Autarquias Locais), proponho que a Assembleia Municipal de Vila Nova de Foz Côa delibere recomendar à Câmara Municipal:

A elaboração de um projeto técnico detalhado para a criação de uma unidade de acolhimento de autocaravanas (Parque de Caravanismo/ASA), com capacidade dimensionada para 60 unidades, garantindo as infraestruturas de apoio necessárias;

A identificação e o levantamento célere de linhas de financiamento disponíveis, nomeadamente no âmbito da 'Linha +Interior', do programa 'Portugal 2030' ou de outros fundos específicos do Turismo de Portugal, para a concretização e execução da referida unidade;

A apresentação de um ponto de situação, nas próximas sessões ordinária desta Assembleia, sobre a viabilidade locativa e financeira deste projeto.

Vila Nova de Foz Côa, 24 de abril de 2026,
o Deputado da Assembleia Municipal,

(Paulo Fortuna)





PS

(Reunião Assembleia Municipal do dia 24/04/2026)

Proposta de Recomendação n.º 1/2026 – PS – Criação do Parque de Caravanismo

Votação de Proposta: Criação de Unidade de Acolhimento de Autocaravanas como Motor de Desenvolvimento Local.

Objetivo: Propor à Câmara Municipal o estudo de viabilidade e execução de um Parque de Caravanismo com capacidade para 60 unidades.

Proposta de Deliberação:

"Que a Assembleia Municipal recomende à Câmara Municipal de Vila Nova de Foz Côa a elaboração de um projeto técnico e a identificação de linhas de financiamento (ex: Linha +Interior) para a concretização desta unidade.

A instalação de um Parque de Caravanismo moderno (ou Área de Serviço para Autocaravanas - ASA) não é apenas "dar um lugar para estacionar"; é uma estratégia de desenvolvimento local. Aqui estão os benefícios óbvios, mais impactantes:

1. Combate à Sazonalidade (Turismo Todo o Ano)

Ao contrário do turismo de hotelaria tradicional, que regista o valor mais alto, na feira dos vinhos, nas festividades associadas às amendoeiras em flor, etc., os autocaravanistas viajam durante todo o ano.

Impacto: Garante movimento na cidade em meses de "época baixa" (novembro a fevereiro).

Público: Muitos são reformados europeus com poder de compra que procuram climas amenos e património cultural no inverno.

2. Dinamização do Comércio de Proximidade

O autocaravanista tem um perfil de consumo muito específico: ele não quer "tudo incluído", ele quer experiência local.

Restauração e Padarias: Consumo diário de produtos frescos e refeições fora.

Lojas de Conveniência: Abastecimento de mantimentos e gás.

Produtos Locais: É o público ideal para comprar o vinho do douro, o azeite e outros produtos regionais diretamente nos produtores do concelho de Vila Nova de Foz Côa.

3. Promoção do Património (UNESCO ao Quadrado)

Foz Côa tem o privilégio de ter dois selos da UNESCO (Arte Rupestre e Douro Vinhateiro).

Visibilidade: Um parque bem estruturado coloca a cidade nos roteiros e apps internacionais (como o Park4Night).

Fluxo para os Museus e outras ofertas turísticas: Facilita a fixação de turistas que, de outra forma, poderiam apenas passar de carro sem parar para visitar o Museu do Côa, fazer as visitas guiadas às gravuras e experienciar outras ofertas do nosso património local.

4. Sustentabilidade e Ordenamento do Território

Um dos grandes problemas das cidades pequenas é o estacionamento selvagem e o despejo indevido de resíduos.



Controlo: O parque canaliza o fluxo para um local próprio, com infraestruturas de saneamento adequadas.

Preservação: Evita que as margens do rio ou os miradouros fiquem degradados pelo campismo desordenado.

5. Baixo Investimento vs. Elevado Retorno

Comparado com a construção de um hotel, um parque de caravanismo exige um investimento municipal ou privado relativamente baixo.

Eficiência: Requer apenas terreno nivelado, pontos de água/luz e uma estação de serviço (eco-ponto e despejos).

Retorno Indireto: O que o município deixa de ganhar em "dormidas" de hotel, ganha em impostos indiretos através do consumo no comércio local.

Para um projeto de 60 autocaravanas em Vila Nova de Foz Côa, estamos a falar de uma estrutura de dimensão considerável (uma Área de Serviço para Autocaravanas — ASA — de grande porte ou um pequeno Parque de Campismo/Caravanismo).

Em 2026, os valores de construção em Portugal para este tipo de infraestrutura situam-se, em média, entre os 3.500 € e os 6.500 € por lugar, dependendo da qualidade dos acabamentos e das valências (com ou sem balneários, receção, etc.).

1. Estimativa Geral de Investimento

Para 60 lugares, o investimento total pode oscilar entre os 210.000 € e os 400.000 €.

Componente	Custo Estimado (Total)	Observações
Terreno e Terraplanagem	30.000 € - 60.000 €	Nivelamento, drenagem e compactação.
Pavimentação e Parcelas	60.000 € - 100.000 €	Mistura de brita, grelhas de enrelvamento ou asfalto.
Infraestruturas Elétricas	40.000 € - 70.000 €	Postes de energia (1 para cada 2 ou 4 lugares).
Rede de Água e Saneamento	35.000 € - 55.000 €	Inclui a Estação de Serviço (despejos) e rega.
Edifício de Apoio / Balneários	40.000 € - 90.000 €	Receção, WC's, chuveiros e zona de lavandaria.
Domótica e Segurança	10.000 € - 25.000 €	Wi-Fi, CCTV e sistema de acesso automático (QR Code).





PS

2. Elementos Críticos em Foz Côa

Devido à localização e ao clima, há custos específicos que deves considerar:

- **Sombra Geodésica/Pérgulas:** Em Foz Côa, o calor no verão é extremo. Investir em sombras (naturais ou estruturas) é vital para atrair clientes.
- **Sistemas de Automação:** Como a mão-de-obra pode ser escassa, sistemas de self-check-in (como os da *CampingCarPark*) reduzem drasticamente os custos operacionais.
- **Integração Paisagística:** Por ser zona de Património Mundial, o projeto de arquitetura pode exigir materiais mais nobres (xisto, madeira) para não ferir a paisagem, o que pode encarecer a obra em 15-20%.

3. Fontes de Financiamento

- **Turismo de Portugal (Linha +Interior):** Pode financiar até 70-80% do projeto com taxas de juro bonificadas ou fundo perdido, especialmente em concelhos do interior como Foz Côa.
- **Fundos Comunitários (Portugal 2030):** Focados na sustentabilidade e digitalização do turismo.

4. ROI (Retorno do Investimento)

- **Preço por noite:** Entre 10 € e 18 € (dependendo se inclui eletricidade).
- **Taxa de Ocupação Média:** Estimando 40% ao ano.
- **Receita Direta Estimada:** Cerca de 80.000 € a 120.000 € / ano.
- **Payback:** O investimento paga-se em 4 a 6 anos, sem contar com o lucro indireto para o comércio local.

Com 60 lugares, existe espaço para incluir uma pequena loja de conveniência com Vinhos do Douro e outros produtos locais. Isso pode aumentar a faturação direta em 20%.

Vila Nova de Foz Côa, 24 de abril de 2026,

A bancada do Partido Socialista





FOZ CÔA
CAPITAL DA
AMENDOEIRA
EM FLOR

Prestação de Contas 2025



Prestação de Contas 2025

- Demonstrações Orçamentais
- Demonstrações Financeiras

Demonstrações Orçamentais

- Demonstração do Desempenho Orçamental (DDORC)
- Demonstração Orçamental da Receita (DOREC)
- Demonstração Orçamental da Despesa (DODES)
- Demonstração da Execução do Plano (PPI e PAM)

Atividades ao longo do ano 2025



Atividades ao longo do ano 2025



37.042,34€ €



541.665,05€



148.078,13€



304.364,76€



519.183,31€



85.503,30€



182.492,95€



Recursos Humanos



Recursos Humanos

Entradas	DOUMA	DEACD	DAF	TOTAL
Assistente Operacional	2			2
Técnico Superior		1	1	2
Total	2	1	1	4

Saídas	DEACD	DAF	TOTAL
Assistente Operacional	1	1	2
Assistente Técnico	2		2
Total	3	1	4

Análise da Execução Orçamental - Graus de Execução

Receita

86,17 %

Despesa

60,90 %

Análise da Execução Orçamental - Graus de Execução

**Receita
Corrente**

98,28 %

**Receita
Capital**

52,37 %

**Despesa
Corrente**

88,81 %

**Despesa
Capital**

34,60 %

Análise da Execução Orçamental - Receita

Classificação		Dotação		Execução		
Económica	Designação	Inicial	Alterações	Actual	Cobrada	%
01	Impostos Diretos	1 085 313,00	0,00	1 085 313,00	1 297 802,10	119,58
02	Impostos Indiretos	10 983,00	0,00	10 983,00	11 557,68	105,23
04	Taxas, Multas e Outras Penalidades	64 667,00	0,00	64 667,00	59 572,10	92,12
05	Rendimentos de Propriedade	908 767,00	0,00	908 767,00	777 692,32	85,58
06	Transferências Correntes	9 927 782,00	410 842,54	10 338 624,54	10 019 548,71	96,91
07	Venda de Bens e Serviços Correntes	1 886 470,00	0,00	1 886 470,00	1 866 377,02	98,93
08	Outras Receitas Correntes	22 309,00	0,00	22 309,00	38 168,76	171,09
Total das Receitas Correntes		13 906 291,00	410 842,54	14 317 133,54	14 070 718,69	98,28
09	Vendas de Bens de Investimento	21,00	0,00	21,00	0,00	0,00
10	Transferências de Capital	6 272 773,00	1 595 897,54	7 868 670,54	4 121 113,79	52,37
12	Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13	Outras Receitas de Capital	2,00	0,00	2,00	0,00	0,00
Total das Receitas de Capital		6 272 796,00	1 595 897,54	7 868 693,54	4 121 113,79	52,37
15	Reposições não abatidas nos pagamentos	1,00	0,00	1,00	994,72	99472,00
16	Saldo da Gerência Anterior	0,00	6 679 550,23	6 679 550,23	6 679 550,23	100,00
Total das Outras Receitas		1,00	6 679 550,23	6 679 551,23	6 680 544,95	100,01
Total da Receita		20 179 088,00	8 686 290,31	28 865 378,31	24 872 377,43	86,17

(Unidade: Euros)

Análise da Execução Orçamental - Receita

Anos	Correntes	Capital	Total	Evolução da Receita %
2021	9 831 208,18	6 300 954,81	16 132 162,99	14,05
2022	9 914 513,38	7 201 885,17	17 116 398,55	6,10
2023	10 603 661,12	7 888 718,28	18 492 379,40	8,04
2024	11 988 100,63	10 105 652,90	22 093 753,53	19,47
2025	14 070 718,69	10 801 658,74	24 872 377,43	12,58

(Unidade: Euros)

Análise da Execução Orçamental - Receita

Transferências do Orçamento Estado (OE)				
Anos	Correntes	Capital	Total	Evolução da Receita %
2021	7 009 213,51	660 665,00	7 669 878,51	8,05
2022	6 287 217,80	835 869,00	7 123 086,80	(7,13)
2023	6 173 762,46	1 403 217,00	7 576 979,46	6,37
2024	9 087 900,63	1 666 991,24	10 754 891,87	41,94
2025	9 831 769,78	2 073 898,00	11 905 667,78	10,70

(Unidade: Euros)

*Fundos Municipais - FEF - Fundo de Equilíbrio Financeiro, FSM –Fundo Social Municipal, IVA, IRS
Incluído o valor do Fundo Financiamento da Descentralização (FFD) em 2024 e 2025.*

Análise da Execução Orçamental - Despesa

Classificação		Dotação			Execução	
Económica	Designação	Inicial	Alterações	Atual	Desp. Paga	%
01	Despesas com o pessoal	3 483 852,00	1 493 350,00	4 977 202,00	4 838 662,32	97,22
02	Aquisição de Bens e serviços	4 640 458,00	1 754 463,37	6 394 921,37	5 208 680,08	81,45
03	Juros e Outros encargos	5,00	500,00	505,00	158,10	31,31
04	Transferência Correntes	1 268 909,00	1 089 079,17	2 357 988,17	2 151 529,16	91,24
05	Subsídios	2,00	0,00	2,00	0,00	0,00
06	Outras Despesas Correntes	85 750,00	188 700,23	274 450,23	238 588,26	86,93
Total das Despesas Correntes		9 478 976,00	4 526 092,77	14 005 068,77	12 437 617,92	88,81
07	Aquisição de Bens de Capital	9 771 500,00	3 681 197,54	13 452 697,54	4 694 755,16	34,90
08	Transferência de Capital	928 612,00	479 000,00	1 407 612,00	446 804,90	31,74
09	Activos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
10	Passivos Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total das Despesas Capital		10 700 112,00	4 160 197,54	14 860 309,54	5 141 560,06	34,60
Total da Despesa		20 179 088,00	8 686 290,31	28 865 378,31	17 579 177,98	60,90

(Unidade: Euros)

Código de validação: 9HOYNCWNYRFE64LL44AW4QXL
 Verificação: <https://fozcoa.be/calc/electronico/pt/>
 Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona | Página 93 / 118



Análise da Execução Orçamental - Despesa

Anos	Correntes	Capital	Total	Evolução da Despesa %
2021	7 740 439,34	3 819 173,45	11 559 612,79	12,16
2022	9 149 727,33	3 393 359,32	12 543 086,65	8,51
2023	9 703 908,05	3 355 368,59	13 059 276,64	4,12
2024	11 143 770,85	4 270 432,41	15 414 203,26	18,03
2025	12 437 617,92	5 141 560,06	17 579 177,98	14,05

(Unidade: Euros)

Análise da Execução Orçamental - Despesa

Anos	Previsão	%	Execução	%	Desvio	%	Taxa de execução em relação à previsão anual (%)
2021	18 939 864,03	22,11	11 559 612,79	12,16	7 380 251,24	41,81	61,03
2022	18 642 793,20	(1,57)	12 543 086,65	8,51	6 099 706,55	(17,35)	67,28
2023	20 701 776,90	11,04	13 059 276,64	4,12	7 642 500,26	25,29	63,08
2024	22 543 474,08	8,90	15 414 203,26	18,03	7 129 270,82	(6,72)	68,38
2025	28 865 378,31	28,04	17 579 177,98	14,05	11 286 200,33	58,31	60,90

(Unidade: Euros)



Análise da Execução Orçamental - PPI

Funções	Dotação Inicial	Alt.Modificativa	Dotação Atual	Executado	Desvio	Taxa de Execução %
Serviços Gerais de Administração Pública	522 200,00	408 400,30	930 600,30	749 654,79	(180 945,51)	80,56
Segurança e Ordem Pública	0,00	56 500,00	56 500,00	19 992,13	(36 507,87)	35,38
Educação	2 840 500,00	(1 080 954,78)	1 759 545,22	848 399,37	(911 145,85)	48,22
Segurança e Acção Social	1 021 000,00	2 150 398,83	3 171 398,83	424 419,12	(2 746 979,71)	13,38
Habituação e Serviços Colectivos	2 138 800,00	(320 842,57)	1 817 957,43	554 475,47	(1 263 481,96)	30,50
Serviços Culturais Recreativos e Religiosos	591 000,00	2 047 225,54	2 638 225,54	862 600,90	(1 775 624,64)	32,70
Industria e Energia	57 000,00	55 000,00	112 000,00	79 943,65	(32 056,35)	71,38
Transporte e Comunicações	2 382 000,00	301 470,22	2 683 470,22	1 058 666,44	(1 624 803,78)	39,45
Comércio e Turismo	219 000,00	64 000,00	283 000,00	96 603,29	(186 396,71)	34,14
Total Geral	9 771 500,00	3 681 197,54	13 452 697,54	4 694 755,16	(8 757 942,38)	34,90

(Unidade: Euros)

Código de validação: 9HOYNCIWNVRFEG4LL44AW4QXL
 Verificação: <https://focsa.baicael.fonico.pt>
 Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestiona IPágina 96 / 118

Análise da Execução Orçamental - PPI

Evolução da Execução do PPI			
Ano	Previsto	Executado	%
2021	8 689 372,00	3 367 030,39	38,75
2022	7 735 422,00	3 239 992,00	41,89
2023	8 198 718,90	3 035 754,62	37,03
2024	8 854 494,00	3 566 160,67	40,28
2025	13 452 697,54	4 694 755,16	34,90

(Unidade: Euros)

Análise da Execução Orçamental - PAM

Evolução da Execução do PAM

Ano	Previsto	Executado	%
2021	3 607 580,00	2 466 853,01	68,38
2022	3 581 078,00	2 968 179,51	82,89
2023	4 556 894,00	2 996 294,62	65,75
2024	5 721 051,90	4 708 438,54	82,30
2025	6 351 735,54	4 736 878,28	74,58

(Unidade: Euros)

Análise da Execução Orçamental - Equilíbrio Orçamental

(Unidade: Euros)

	2021	2022	2023	2024	2025
Receita Corrente	9 831 208,18	9 914 513,38	10 603 661,12	11 988 100,63	14 070 718,69
Despesa Corrente	7 740 439,34	9 149 727,33	9 703 908,05	11 143 770,85	12 437 617,92
Diferença	2 090 768,84	764 786,05	899 753,07	844 329,78	1 633 100,77

Código de validação: 9HOYNCWNYRFG4LL44AW4QXL
Verificação: <https://focsa.baicaelectronico.pt/>
Documento assinado eletronicamente na plataforma esPublico Gestão na plataforma 100 / 118

Análise da Execução Orçamental - Endividamento

Anos	Dívidas a Médio e Longo Prazo a 31-12-2025					Dívidas a Curto Prazo	Total Geral	% Evolução
	Bancos e Direção Geral do Tesouro					Outros Terceiros		
	CGD	BES	CCA	IGCP	Total			
2021	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	48 174,20	48 174,20	(53,67)
2022	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	47 330,48	47 330,48	(1,75)
2023	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	150 830,83	150 830,83	218,68
2024	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	107 999,83	107 999,83	(28,40)
2025	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	77 423,77	77 423,77	(28,31)

(Unidade: Euros)



Análise da Execução Orçamental - Endividamento

- Note-se que em 31 de dezembro de 2025, o Município tinha a receber de fundos comunitários a importância de 213 911,86 €. Se contabilizarmos o valor a receber de fundos comunitários, não haveria qualquer valor a pagar respeitante a faturas em conferência.
- *Superavit* de 213 911,86 € - 77 423,77 € = **136 488,09 €**

Análise da Execução Orçamental

► Prazo Médio de Pagamento

Prazo Médio de Pagamentos								
Anos	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025
Nº de dias	8	6	9	5	4	8	3	4



Demonstrações Financeiras

- Balanço
- Demonstração de Resultados por Natureza
- Demonstração da Alteração do Património Líquido
- Demonstração do Fluxo de Caixa

Análise Financeira - Balanço

(Unidade: Euros)

Rubricas	2025	2024
Ativo		
Ativo Não Corrente	84 810 365,40	84 043 659,38
Ativos Fixos Tangíveis	77 346 229,85	76 860 632,05
Propriedades de Investimento	2 513 688,27	2 396 432,75
Ativos Intangíveis	123 471,47	79 705,73
Participações Financeiras	4 403 326,01	4 182 439,05
Outros Ativos Financeiros	423 649,80	524 449,80

Análise Financeira - Balanço

(Unidade: Euros)

Rubricas	2025	2024
Ativo		
Ativo Corrente	9 092 733,92	8 268 444,99
Inventários	81 300,35	55 334,65
Devedores por Transferências e Subsídios Não Reembolsáveis	100 800,00	813 300,00
Clientes, Contribuintes e Utentes	212 345,17	95 347,56
Estado e Outros Entes Públicos	132 058,80	66 196,78
Outras Contas a Receber	811 529,16	160 764,03
Diferimentos	45 077,67	30 591,22
Caixa e Depósitos	7 709 622,77	7 046 910,75



Análise Financeira - Balanço

➤ **Total Ativo 2025 = 93 903 099,32 €**

➤ **Total Ativo 2024 = 92 312 104,37 €**

Análise Financeira - Balanço

(Unidade: Euros)

Rubricas	2025	2024
Património Líquido		
Património Líquido	90 073 966,01	89 975 597,13
Património/Capital	33 036 291,81	33 036 291,81
Reservas	1 791 680,98	1 789 277,83
Resultados Transitados	33 476 326,77	32 764 422,20
Ajustamentos em Ativos Financeiros	-148 987,00	-165 501,84
Outras Variações no Património Líquido	23 159 973,52	22 503 044,08
Resultado Líquido do Período	-1 241 320,07	48 063,05

Análise Financeira - Balanço

➤ Total Património Líquido 2025 = 90 073 966,01 €

➤ Total Património Líquido 2024 = 89 975 597,13 €

Análise Financeira - Balanço

(Unidade: Euros)

Rubricas	2025	2024
Passivo		
Passivo Não Corrente	1 837 721,34	862 800,70
Provisões	826 147,27	862 800,70
Diferimentos	1 011 574,07	-
Passivo Corrente	1 991 411,97	1 473 706,54
Fornecedores	68 888,39	46 505,71
Estado e Outros Entes Públicos	75 003,12	115 462,06
Fornecedores de Investimentos	8 535,38	61 494,12
Outras Contas a Pagar	1 663 059,15	1 250 244,65
Diferimentos	175 925,93	-



Análise Financeira - Balanço

➤ **Total Passivo 2025 = 3 829 133,31 €**

➤ **Total Passivo 2024 = 2 336 507,24 €**

Análise Financeira - Demonstração de Resultados por Natureza

(Unidade: Euros)

Rubricas	2025	2024
Rendimentos e Gastos		
Impostos, Contribuições e Taxas	1 433 960,49	1 270 541,39
Vendas	636 153,15	634 415,75
Prestações de Serviços e Concessões	1 355 680,79	864 024,13
Transferências e Subsídios Correntes Obtidos	9 946 876,81	10 285 623,22
Rendimentos/Gastos Imputados de Entidades Controladas, Associadas	1 235 015,43	1 000 684,05
Custo das Mercadorias Vendidas, das Matérias Consumidas e dos Inventários Transferidos	-469 474,54	-444 613,41
Fornecimentos e Serviços Externos	-6 004 998,76	-4 835 682,39
Gastos com Pessoal	-4 722 684,05	-4 149 099,23
Transferências e Subsídios Concedidos	-2 051 640,44	-2 078 059,89
Imparidade de Dívidas a Receber (Perdas/Reversões)	-1 948,90	-3 052,70
Provisões (Aumentos/Reduções)	35 553,43	140 679,50
Outros Rendimentos	1 569 272,89	1 415 561,68
Outros Gastos	-378 813,40	-467 273,80
Resultado Antes de Depreciações e Gastos de Financiamento	2 582 952,90	3 633 748,30
Gastos/Reversões de Depreciação e Amortização	-3 824 114,87	-3 585 613,25
Resultado Operacional (antes de Resultados Financeiros)	-1 241 161,97	48 135,05
Juros e Gastos Similares Suportados	-158,10	-72,00
Resultado Antes de Impostos	-1 241 320,07	48 063,05



Análise Financeira - Demonstração de Resultados por Natureza

➤ Resultado Líquido do Período -1 241 320,07 €

Resumo



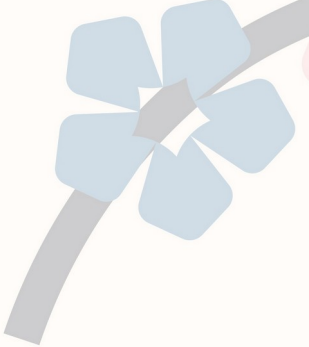
- Contas certas, auditadas e transparentes;
- Investimos, melhorámos e desenvolvemos o concelho;
- A gestão não foi apenas financeira, foi social, territorial e estratégica;
- O Município é financeiramente sólido e patrimonialmente robusto;
- Nenhuma dívida, grande autonomia;
- O património do Município continua a crescer
- Elevada liquidez, mais de 6 Milhões

Foco

Melhorar a qualidade de vida dos nossos munícipes sem comprometer o futuro do concelho




FOZ CÔA
VILA NOVA



FOZ CÔA
CAPITAL DA
AMENDOEIRA
EM FLOR



EXMO. SENHOR PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE VILA NOVA DE FOZ CÔA

Assunto: Requerimento de Pedido de Informação e Esclarecimento sobre o estado de execução das obras no Agrupamento de Escolas Tenente-coronel Adão Carrapatoso e risco de perda de fundos do PRR.

REQUERIMENTO

A Bancada Municipal do Partido Socialista, representada pelo Deputado Municipal Paulo Fortuna, vem, ao abrigo das competências de fiscalização previstas na Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e no Regimento desta Assembleia, expor e requerer o seguinte:

Exposição de Motivos:

Considerando que a requalificação do Agrupamento de Escolas Tenente-coronel Adão Carrapatoso é uma obra prioritária para a comunidade, mas que apresenta desvios preocupantes entre o cronograma previsto e a execução real;

Considerando que esta obra é financiada por fundos do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência), os quais estão sujeitos a prazos de execução extremamente rigorosos e não prorrogáveis;

Considerando que o atraso verificado coloca o Município em risco iminente de perder o financiamento comunitário, o que obrigaria a autarquia a assumir a conclusão da obra com fundos próprios;

Considerando que esse eventual investimento extraordinário de fundos municipais (para colmatar a perda do PRR) desviaria recursos financeiros críticos que poderiam e deveriam ser aplicados em outras necessidades urgentes do concelho;

Considerando o dever de transparência e a necessidade de aferir se a fiscalização da obra está a ser exercida com o rigor necessário para proteger o erário público;

Nestes termos, requer-se a V. Exa. que seja solicitada ao Executivo Municipal a seguinte informação:



- a) Ponto de situação detalhado sobre o cumprimento dos marcos e metas contratualizados com a estrutura de missão do PRR;
- b) Avaliação do risco financeiro para o Município caso os prazos de execução não sejam cumpridos;
- c) Diligências para o agendamento de uma reunião de trabalho urgente, com a presença do Executivo, de representantes de todas os membros com assento nesta Assembleia e o empreiteiro, para garantir a viabilidade da obra e a salvaguarda dos fundos comunitários.

Vila Nova de Foz Côa, 24 de abril de 2026.

Pela bancada do Partido Socialista,

(Paulo Fortuna)

